



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão**

**VII Legislatura
I Sessão Legislativa**

**Número: 27
Horta, Quarta-Feira, 26 de Setembro de 2001**

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15 horas e 15 minutos

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado a intervenções de interesse político-relevante para a Região, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José do Rego (*PS*), Francisco de Sousa (*PS*), Cabral Vieira (*PS*), João Cunha (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Cláudia Cardoso (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Manuel Avelar (*PS*), José San-Bento (*PS*) e os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses* e da Economia, *Duarte Ponte*.

Período da Ordem do Dia:

1 – Apresentação de uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional, do PSD, feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

2 – Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 50/98, de 11 de

Março, relativo à definição das regras e princípios que regem a Formação Profissional na Administração Pública”.

Na continuação da discussão desta Proposta de Decreto Legislativo Regional usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria, na generalidade, especialidade e em votação final global.

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aplicação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº 158/84, de 17 de Maio, que estabelece e define o regime jurídico das amas e condições do seu enquadramento em creches familiares.

Após a apresentação feita pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes*, intervieram no debate os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), Francisco de Sousa (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, na generalidade, especialidade e em votação final global.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de **Loura**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral** **Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José **Humberto** Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís **Paulo** de Serpa **Alves**
Manuel **Avelar** da Cunha Santos
Manuel **Soares** da **Silveira**
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
 Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José Francisco Salvador Fernandes

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (António Loura): Proposta de Resolução da Comissão de Assuntos Sociais sobre a Leptospirose.

Secretário (Raúl Rego): Da Assembleia da República, pedido de parecer relativo ao Projecto de Lei nº 490/VIII – “Enquadramento do Ensino Superior Politécnico nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (António Loura): Do Gabinete do Ministro da República um pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que regulamenta a Lei nº 158/99, de 14 de Setembro, que aprova as Bases de Interprofissionalismo Florestal.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (Raúl Rego): Do Grupo Parlamentar do PSD uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (António Loura): Da Assembleia da República um pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto Lei nº 489/VIII – “Preferência aos residentes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira nos concursos públicos para provimento de lugares de quadro ou em outras formas de recrutamento de trabalhadores dos serviços, nacionais, regionais e locais, nelas situados”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (Raúl Rego): Do Gabinete do Ministro da República um pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 166/2000, de 5 de Agosto, que cria os órgãos consultivos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e estabelece os critérios de representatividade das organizações que integram esses órgãos.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (António Loura): Da Assembleia da República, um ofício remetendo a mensagem que Sua Excelência o Presidente da República enviou à Assembleia da República solicitando nova apreciação do Decreto da A.R. nº 146/VIII.

Secretário (Raúl Rego): Da Comissão de Política Geral relatório e parecer relativo à petição sobre a “revalorização e dignificação das carreiras inspectivas regionais, face à publicação do Decreto-Lei nº 112/2001, de 6 de Abril”.

Secretário (António Loura): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 9/2001 que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência nos serviços e organismos da Administração Pública.

Secretário (Raúl Rego): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de governo próprio, o Projecto de Decreto-Lei que cria a Comissão Nacional de Gastronomia.

Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Srs. Deputados, como é normal, estes documentos estão à vossa disposição.

Importa, contudo, fazer aqui uma rectificação. Durante a leitura da correspondência informou-se que tinha entrado na Mesa uma Proposta de Resolução da Comissão, sobre a Leptospirose, mas não é assim. É uma Proposta de Resolução subscrita por dez Srs. Deputados, sendo o primeiro subscritor o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Faço esta rectificação para ficar registado em acta.

Passamos agora às intervenções sobre assuntos de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira para uma intervenção.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje vou falar de Juventude, o mesmo será dizer: abordar um tema extensíssimo e problemático da nossa sociedade, presente e futura, visto os jovens de hoje serem os adultos de amanhã.

Contactei alguns jovens, tentei ir ao encontro dos ideais deles, fui analisando os anseios, os sonhos, as dificuldades...

Confesso que fiquei confuso, porque há um desnorteamento enorme, uma anarquia de valores, de conceitos e de prioridades.

Ora vejamos: eu penso que se passou de uma época em que, como eu e a minha geração, era preciso lutar para se conseguir os objectivos, para uma educação em que se dá tudo às crianças sem se pedir em troca nenhum esforço.

Criámos um consumismo desenfreado, em que eles facilmente se fartam e depois o que fica? Vazio, desinteresse, apatia, etc..

Eu entendo que nós, pais, educadores (e felizmente que ainda há alguns) se soubermos discernir os valores e levar os jovens a sentirem vontade de lutar e de se preparem para uma sociedade competitiva e cruel como será a deles, aí sim.

Mas vamos lá a ver: o contexto social dificulta, por vezes, porque o meu colega tem e eu também quero... É muito mais difícil educar hoje que no passado, porque outrora ninguém tinha nada.

Quanta responsabilidade para nós e quanta firmeza teremos de ter por vezes?

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A que nos leva esta era de facilitismo em que os nossos jovens vivem?

Se por um lado eles têm muito ou, digamos, quase tudo, como facilidade de opções profissionais, variadíssimos cursos, vivem na era da informático, da comunicação, por outro lado, quando lhes chega a primeira dificuldade, como, por exemplo, o primeiro emprego, desanimam com muita facilidade. O que lhes falta para o bom equilíbrio emocional é, no meu entender, a presença de uns pais amigos, presentes, atentos e companheiros...

O que é que acontece aos nossos jovens no meio de tudo isto?

Nunca se sentem satisfeitos com aquilo que têm (salvo raras exceções), lançando culpas e responsabilidades a tudo e todos. Ninguém faz nada para os apoiar e os políticos prometem mas não cumprem...

Deputado João Cunha (PSD): Quem? Só se é este Governo que faz isso!

O Orador: Se analisarmos e formos ver, a culpa não é de ninguém e se pensarmos é tudo uma ética que leva ao resto.

Os jovens que estudam muitas vezes perguntam: como querem que regressemos à nossa ilha, se na maior parte dos casos não conseguimos emprego?

Isso é verdade, mas, contudo, eu penso que muito já foi feito, muitos empregos já foram criados, nomeadamente nas câmaras municipais, nas juntas de freguesia, nas escolas, nas residenciais, nos hotéis, nos restaurantes, nas lojas, etc.

Deputado João Cunha (PSD): E nos serviços do Governo! Ultimamente tem sido assim!

O Orador: Não quero, de forma alguma, com isto dizer que já tudo foi feito, contudo os jovens mais bem preparados, e, claro, à custa de algum esforço, esses lá vão conseguindo emprego. Também admito que, nos dias de hoje, a vida é muito mais exigente do que no meu tempo, no entanto, também existem melhores meios de lá chegar.

Os jovens se quiserem podem ter uma vida muito melhor do que nós tivemos e para isso podem contar connosco

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção, tendo um carácter muito genérico, aborda, de algum modo, alguns aspectos que estão relacionados com situações gravíssimas que há cerca de um mês vêm apoquentando, de forma muito particular, milhares e milhares de pais nesta Região, para além de outros milhares de profissionais da educação.

Também pedi a palavra para perguntar ao Sr. Deputado se considera que as centenas de professores desempregados, com habilitação específica para o desempenho da sua profissão, que integram esse grupo de jovens que estão sempre insatisfeitos que não têm pais amigos, que são pouco empenhados ou esforçados? Parece-me que, ao menos nestas largas centenas de desempregados, é totalmente injusto atribuir os epítetos que o Sr. aqui nos deixou.

Muito obrigado

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Manuel Silveira e também da intervenção que acabou de ser feita, queria prestar aqui alguns esclarecimentos sobre essa situação, que foi afluída agora pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, que é uma situação complexa e difícil e merece desta Câmara uma análise atenta e merece uma discussão séria e aprofundada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A sua bancada é que não quis discutir.

O Orador: Há tempo para tudo. Chegou o tempo dessa discussão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o Sr. ontem não quis discutir este assunto.

O Orador: Eu chego cá quando posso.

Em relação há questão fundamental que aqui levantou e que tem a ver com o desemprego de pessoas devidamente habilitadas para a docência, eu gostava de dizer que, de facto, a situação é preocupante e é uma situação, neste momento, já de carácter estrutural e que não se vê tendência de inversão, antes pelo contrário, cada ano que for passando este problema vai crescendo.

Um recenseamento feito pela Secretaria, que tem apenas por base o local de onde foi remetido o boletim de candidatura, indica que há data do dia 24, havia nos Açores 186 candidatos não colocados nessas circunstâncias. Isto não são dados absolutamente certos, porque nós não temos nenhuma forma de saber qual é a residência permanente. São dados apenas, e repito, com base no local de onde foi remetido o boletim de candidatura. Portanto, 186 boletins de candidatura remetidos dos Açores.

O grupo que representa a maior parte deste problema é o 1º Ciclo.

No 1º Ciclo – e aqui não tenho os dados desagregados por residência - estão em lista de espera 547 candidatos, dos quais 256 indicam que já trabalharam num qualquer ano anterior. A vasta maioria desses candidatos são de fora dos Açores.

A seguir a este grupo, temos os grupos das línguas, dos 8º e o 9º anos do Ensino Secundário. São os grupos em que há listas maiores.

Em relação à generalidade dos outros grupos, neste momento a lista encontra-se praticamente esgotada. Todos os candidatos, com alguma experiência profissional e todos os profissionalizados, encontram-se praticamente colocados.

Quero dizer que, em relação às línguas, nós estamos perante uma situação, que vinha dos últimos 3 anos e que vai crescendo ano após ano.

No que diz respeito ao 1º Ciclo, esta foi uma situação inesperada para todos, candidatos e administração, já que no ano transacto houve falta de candidatos.

A explicação para isto parece estar no facto de no ano anterior ter havido o prolongamento da licenciatura ou do curso e neste ano terem surgido dois anos, ou seja, na maior parte das escolas do Continente saíram este ano alunos que pela primeira vez frequentaram os quadros de âmbito escolar. É uma situação nova, em que passámos da falta de professores no ano passado, para 547 candidatos ainda não colocados, à data de 24.

Em relação ao número total de candidatos, titulares de cursos habilitados para a docência, ainda existem, neste momento, por colocar 2.797. Nestes 2.797 estão incluídos os tais 186. É esta a estimativa presente nos Açores. Este número também tem que ser visto no contexto nacional, em que o número de pessoas nessas circunstâncias, já ultrapassou os 30 mil este ano e a tendência será, ao longo dos próximos anos, para continuar a crescer, isto se não se tiver verificado uma tendência igual àquela que aconteceu na Universidade dos Açores em que este ano os cursos de via ensino tiveram uma procura reduzidíssima. Não sei se isto representa uma alteração que se vai manter ou se na segunda fase de candidatura se vai alterar. Ainda há muitas incógnitas, mas neste momento é esta a situação. O que é que poder ser feito? É óbvio que não há condições para criar, no caso dos Açores, 2.797 lugares, nem que fizéssemos turmas de um aluno. Não é isso que está em causa, mas estamos perante um mercado de trabalho que é, de longe, excedentário em termos de oferta. As soluções para isso passam, essencialmente, pela reconversão profissional e há que encontrar soluções de reconversão profissional, porque nalguns destes grupos as probabilidades de colocar um número tão elevado de candidatos, quer a nível regional, quer a nível nacional, são muito reduzidas.

Este é um problema essencialmente de natureza nacional, porque tem a ver com o ordenamento do ensino superior, tem a ver com as saídas profissionais que as diversas universidades oferecem e precisa, efectivamente, duma resposta estrutural a nível nacional. Há que procurar essa resposta. Este é um problema que vai crescer e precisa duma solução imediata.

Também gostaria de dizer que, em relação aos residentes nos Açores, muitos candidatos ainda não foram colocados, porque concorreram apenas a uma ou a outra ilha e temos esse problema das pessoas não se estarem a disponibilizar para irem para qualquer uma das ilhas dos Açores, enquanto que a generalidade dos candidatos exteriores aos Açores concorreram para toda a Região, não indicando qualquer preferência, acabando por haver candidatos pior posicionados na lista que são colocados primeiro do que alguns bem posicionados. Isto provavelmente resulta do facto dos candidatos residentes nos Açores conhecerem os Açores e terem uma escolha, enquanto que muitos dos que vêm de fora simplesmente fazem uma opção generalizada pelos Açores, ou seja, para eles tanto lhe faz irem para uma ilha como para outra.

Este é um problema também muito complicado, porque há aqui situações que são muito complicadas. No caso de uma das listas há, pelo menos, 29 candidatos residentes nos Açores que não foram ainda colocados, quando candidatos abaixo já foram, porque escolheram ilhas para as quais estes 29 não tinham escolhido.

Soluções para isto a médio prazo, a não ser na área da reconversão profissional, não existe. Soluções a longo prazo passam, evidentemente, por uma alteração da situação ao nível do ensino superior. Essa alteração, se calhar, mau grado nosso, começa a acontecer, porque aquilo que aconteceu, em termos das candidaturas à Universidade dos Açores, parece indicar também uma mudança estrutural das preferências dos alunos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, como devem ter percebido a intervenção do Secretário ultrapassou largamente os três minutos, mas eu não quis interromper devido à pertinência deste assunto. Portanto, importava, de facto, dar este esclarecimento.

Este critério vai ser usado para todos, para não haver benefício apenas de uma das partes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me Sr. Secretário, com franqueza, que lhe diga que ao menos por esta vez lhe dê os parabéns por intervir nesta matéria, ainda que atrasadamente.

Espero que essa sua atitude sirva de exemplo à bancada do seu Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tanto uma como a outra, ontem interpeladas sobre questões bastante pertinentes, entre as quais esta, mantiveram-se no silêncio.

Fiquei convencido de que se tratava de duas coisas: incapacidade para responder e atitude de avestruz, ou seja, de quem esconde a cabeça na areia para fingir que os problemas não existem.

Vamos então ao que nos traz neste debate.

Eu dei-lhe os parabéns por intervir, mas discordo, naturalmente, em absoluto daquilo que disse, porque, ao longo de todo este tempo, o Senhor e o seu Governo, têm tido uma visão limitada e administrativa da educação.

As contradições são muitas, as ingerências na autonomia das escolas são em demasia, as teimosias são mais do que admissíveis...

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. Deputado não pode falar de escolas, porque no seu tempo não fez.

O Orador: O Sr. Deputado Francisco Sousa quer participar no debate? Participe, mas ontem esteve impávido e sereno, ouvindo tudo o que eu disse, sem capacidade de me dar uma única resposta.

Se ainda sabe algumas coisas de educação, se ainda tem coragem de falar sobre a educação aqui dentro, faça-o como fazia noutras alturas, mas peça a palavra, levante-se e participe que nós cá estaremos para responder.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu esclarecimento.

O Orador: Sr. Secretário, de facto, esta visão que tem da educação é limitada, é administrativa e tem prejudicado seriamente o funcionamento dos estabelecimentos

de ensino da Região e, pior do que isso, põe em risco o futuro dos nossos filhos, dos nossos jovens, das nossas crianças.

Vamos por partes:

Há, de facto, muitos professores desempregados, mas no ano passado também o mercado já dava os mesmos sinais, ...

Secretário Regional da Educação (*Álamo de Meneses*): E no ano anterior. Há três anos que esta situação se arrasta.

O Orador: ... todavia no ano passado, como era ano de eleições regionais, e em Setembro não lhe convinha esta agitação social que este ano vai acontecendo, resolveu administrativamente uma quantidade de casos.

Por isso é que neste ano lectivo 2001/2002, que agora se inicia, há menos centenas de pessoas desempregadas e o Sr. ainda ontem disse que **se houvesse dinheiro** havia lugar para mais 80 professores. Se houvesse dinheiro, Sr. Secretário?! Então não há dinheiro? Este não é o maior orçamento de sempre? Nós estamos perante um orçamento sem precedentes. Nós estamos a investir mais na educação do que se fez em qualquer mandato do PSD. Onde é que está esse dinheiro?!

Sr. Secretário, na educação não se gasta, investe-se no futuro. Essa sua paixão pela educação já morreu há muito tempo.

Vou só citar uma conhecida personalidade internacional, Balzac, que dizia: “Todo o amor que economiza nunca é verdadeiro amor”.

De facto, essa vossa paixão pela educação nunca foi uma paixão e muito menos chegou a ser um amor e dou-lhe só alguns exemplos:

- Na área escolar da Ribeira Grande, que se confina a cinco freguesias, em professores para apoio educativo, no ano lectivo passado essa área escolar dispôs de 10 professores. Este ano, porque não há eleições,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Há eleições.

O Orador: ... porque, contrariamente ao vosso discurso de facilidades, de muitos milhões, os senhores por razões financeiras ou então, pior do que isso, por uma

opção política, explícita de discriminação da educação, em prejuízo do futuro dos Açores, de 10 professores, os Srs. passaram para 4.

- Na área escolar das Capelas, entre professores e educadores de infância, no ano passado estiveram a trabalhar 110. Sabe qual foi a redução que fez nessa área escolar? Foi de 28.2%.

- Aqui na área escolar da Horta o corte no número de professores, só do 1º ciclo, foi de 11.

Quer exemplos fora do 1º Ciclo? Eu dou-lhe:

A sua Portaria 31/2001, de 15 de Junho, estabelecia regras para a contagem das horas de crédito das escolas para diversas actividades, entre outras também para as de apoio educativo.

- A Escola Secundária da Horta, que o Presidente do PSD e mais alguns membros do nosso Grupo Parlamentar hoje de manhã visitaram, segundo a Portaria do dia 15 de Junho, correspondia a 106 horas de créditos. Um ofício da sua Secretaria fixou, arbitrariamente contra aquilo que é a sua Portaria, assinada por si, em 60 horas.

Sabe qual é o resultado? O resultado é que há dezenas de alunos excluídos do apoio educativo, o resultado é que há nesta Escola Secundária, que aqui nos é vizinha, 12 horários incompletos que resultam exactamente numa redução que é administrativa, que é arbitrária, porque contraria o que predispõe a sua Portaria.

Portanto, é neste ping-pong, neste ziguezague, nessa inconsistência, nessa falta de estratégia que andam a funcionar as nossas escolas, infelizmente com grande prejuízo para os nossos filhos, com um grande prejuízo para o futuro dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em começaria pela observação inicial que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez sobre a “política da avestruz”.

Sr. Deputado, as razões que me levaram a chegar mais tarde ao plenário de ontem foi, exactamente, porque em vez duma “política de avestruz”, eu fui reunir com as pessoas e discutir abertamente o problema que tinha que ser discutido.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Deputado Joaquim Machado (PSD): A avestruz estava ontem ali sentada naquele Grupo Parlamentar.

O Orador: Quero-lhe dizer que nem eu nem este Grupo Parlamentar costumamos seguir “políticas de avestruz”

Também lhe quero dizer que tencionamos fazer um debate profundo sobre a abertura do ano lectivo. Queremos fazê-lo e as intervenções que vai ouvir ao longo desta tarde, são intervenções que se voltam para isso.

Sr. Deputado, nós queremos debater e discutir este assunto. Não há nenhuma razão para que não o façamos.

Nós levantámos o problema através da intervenção que aqui foi feita e vamos continuar este debate com mais intervenções sobre esta matéria e queremos esclarecer este assunto cabalmente.

Portanto, Sr. Deputado, o que há é tempo. Peço desculpa, mas o Sr. Deputado tem que se submeter ao tempo da maioria.

Em relação à questão que o Sr. Deputado aqui levantou sobre a autonomia das escolas e ingerência, eu gostava de esclarecer uma questão que é muito importante e que é bom que fique esclarecida duma vez por todas.

A autonomia das escolas, Sr. Deputado, foi introduzida e aprofundada nesta Região, por decisão do Governo do Partido Socialista. Os Srs. nunca o fizeram. Fizemo-lo nós e fizemos muito bem.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: A autonomia das escolas é obra nossa e essa autonomia aqui nos Açores é maior do que a autonomia das escolas em qualquer uma das regiões do País, incluindo aquela que é governada pelo seu partido. Portanto, Sr. Deputado, as nossas escolas têm mais autonomia que as escolas de qualquer ponto do País.

Também lhe quero dizer que ingerências não há. O que há, sim, é a condução da política educativa, conforme é minha obrigação. É isso que deve ser feito, assumindo todas as responsabilidades por isso.

Sr. Deputado, autonomia não significa abandono, autonomia não significa desinteressar-se das coisas. Autonomia significa que cada parte assuma as suas responsabilidades e essas responsabilidades estão claramente estabelecidas na legislação que a regula e nos normativos que vão saindo. Isso é que é autonomia.

Quando a discussão da autonomia foi feita aqui nesta mesma Casa, houve Srs. Deputados que diziam que isto era uma forma do Governo se desresponsabilizar, que o Governo nem queria a autonomia das escolas, para depois poder daí lavar as mãos. Não é este o caso.

A autonomia existe para que haja um melhor serviço aos alunos e para que haja uma maior flexibilidade das escolas e essa tem que ser respeitada.

Na sua intervenção também falou que o ano passado, problemas dos professores foram resolvidos administrativamente. Este ano será também resolvido da mesma forma que o ano passado.

Sr. Deputado, no ano passado, por esta altura, tínhamos um problema semelhante a este e quando chegámos ao fim do mês de Setembro, quando houve a primeira avaliação, em termos financeiros, do ano lectivo, como o Sr. Deputado tinha obrigação de saber, já que se dedica às coisas da educação, os professores que são contratados, são-no em escalões diferentes e quando nós lançamos o ano lectivo não sabemos qual é que é, do ponto de vista financeiro, o verdadeiro encargo que vamos suportar. Só com o pagamento dos primeiros salários é que ficamos a saber se colocamos um professor do 2º, 3º, 5º ou 8º escalão e o valor vai, simplesmente, de 1 para o dobro. Isto tem que ser analisado assim.

Tal como foi feito o ano passado, este ano também o será e se nós tivermos disponibilidade financeira para isso, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se ...!

O Orador: ... porque os recursos do Governo não são ilimitados, nós vamos recrutar mais 82 professores. Temos necessidade de o fazer se tivermos recursos financeiros para isso.

A educação é, efectivamente, um investimento. É um investimento que muito nos honramos fazer e eu, como Secretário da Educação, não há nada que me dê mais prazer, do que aumentar as disponibilidades financeiras para investir na educação.

Desde que eu sou Secretário da Educação, o investimento da educação cresceu qualquer coisa como 32%, em relação àquilo que faziam.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não se vê!

O Orador: Sr. Deputado, vê-se e de que maneira.

O panorama da educação hoje, não se compara em nada com o panorama da educação de 96. Nós gastamos muito mais e prestamos um serviço muito melhor. Agora, o que acontece é que as exigências crescem e ainda bem que é assim. Eu estou muito satisfeito por essas exigências crescerem.

Temos que investir ainda mais na educação. Só tenho pena que a nossa Região não disponha de mais recursos para nós podermos colocar mais um ou dois milhões de contos na educação. Só tenho pena é que isso não aconteça.

A verdade é que o esforço que nós fazemos na educação, em percentagem do orçamento regional, também não tem comparação, nem de longe nem de perto, com qualquer outra região do País.

Em termos de percentagem dos recursos que a nossa Região dispõe, nós somos a Região que mais gasta na educação e ainda bem que é assim, mas era preciso gastar muito mais.

Sr. Deputado, se leu a Portaria 31 viu lá que o **limite** é... Sabe o que é que significa a palavra limite? É o máximo que é dado. Não diz lá que é aquilo o que vai ser dado. Aquilo é o máximo que a escola pode pedir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. é generoso a prometer.

O Orador: Eu prometo aquilo que é preciso e dou aquilo que tenho.

Sr Deputado, pode ter a certeza que nós na Secretaria não ficamos com um escudo que não seja aplicado na educação. Por isso estamos cumprindo aquilo que temos que cumprir.

Também lhe queria dizer que as reduções efectivamente aconteceram, mas foram acompanhadas por aumentos que também aconteceram.

Havia distorções que era preciso corrigir e estão a sendo..

Também lhe posso dizer que hoje no nosso sistema educativo nós temos, em relação a 96, quase 7 mil alunos a menos e temos mais cento e tal professores do que aqueles que existiam nesse ano.

O Sr. Deputado fala em “rácios”, faça contas, divida e depois diga como é que é. Isto é que tem que ser dito, Sr. Deputado.

O Sr. não pode também fazer a “política da avestruz”, que é esconder a cabeça quando se fala do período anterior e vir só com questões para o futuro.

A maior parte das questões que o Sr. Deputado aqui falou, são questões que foram levantadas por nós, estão a ser resolvidas por nós e são questões que são essenciais para o futuro da educação e que nós temos que continuar a investir nelas.

O investimento na educação vai continuar, com certeza, mas ao ritmo que a nossa Região o permitir.

As responsabilidades de nós não termos mais dinheiro, Sr. Deputado, vão com muita força para esse lado.

Sr. Deputado, há dois ou três anos atrás, quando se começou a discutir as reduções dos impostos, lembro de ouvir que o dinheiro nos bolsos dos açorianos estava melhor do que nas mãos do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E é verdade!

O Orador: Pois está nas mãos dos açorianos.

Parece-me que já há muita gente, neste momento, a pensar seriamente nesse aspecto.

Sr. Deputado, nós estamos a aplicar e bem o dinheiro que temos, ao contrário do que disse o Sr. Deputado, que eu ouvi na rádio. Nós não gastámos no que não devíamos, gastámos no que devíamos e estamos a usar os recursos que temos, o melhor que sabemos e podemos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Está à vista. Gastam mais e gastam mal.

O Orador: Estamos a fazer muito mais do que os Srs. fizeram e vamos continuar a fazer ainda muito mais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, ninguém lhe tira o mérito que possa ter ao adaptar à Região o diploma que confere a autonomia das escolas.

Do mesmo modo, também nós nunca lhe retirámos o mérito de ter elaborado uma carta escolar, mas tanto num caso como noutro, pouco adiante existir os documentos se, de facto, na prática eles não têm qualquer validade nem qualquer sentido.

Se alguém fala de ingerências, de atropelo à autonomia das escolas, não é o PSD sozinho. São as escolas, são os professores, são os sindicatos, são os funcionários, é toda a comunidade educativo que sente essa sua ingerência constante e sufocante nos estabelecimentos de ensino. Se assim não fosse as escolas não estariam a debater-se com graves problemas orçamentais neste momento, porque se fosse respeitada a sua autonomia, elas estariam a trabalhar de acordo com orçamentos rigorosos e sérios, que elaboraram para este ano económico e, necessariamente para este ano lectivo que entra por dois anos económicos dentro.

Ora, o que nós verificamos é exactamente o contrário: que ao discurso dos milhões, corresponde, na prática a dádiva de tostões, porque o Conselho do Governo aprovou uma Resolução determinando a cativação de valores no orçamento numa percentagem e a sua Secretaria e eventualmente até o Sr., por telefone manda cativar, nalguns casos, três vezes mais e o resultado é que há escolas que já o denunciaram publicamente e outras que o têm denunciado nas reuniões de trabalho que nós com elas temos vindo a manter, que não têm dinheiro para pagar a água, a luz e os telefones depois de Outubro.

Também recentemente tomámos conhecimento duma escola que não tem verba suficiente para pagar todos os vencimentos de Novembro, não tem sequer um tostão para pagar o 13º mês, nem para pagar os vencimentos de Dezembro.

Se é mentira, Sr. Secretário, diga que é mentira, mas não me diga a mim, diga que é mentira a essas escolas e que disponibiliza o dinheiro que elas necessitam, porque

esses professores já estão todos a fazer ginástica orçamental para ver como é que satisfazem os compromissos que assumiram com os fornecedores, já estão a fazer ginástica orçamental para saber como é que vão ter dinheiro suficiente para pagar fotocópias para se fazer os testes dos alunos daqui até ao final do período.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Por isso é que há correcção ao orçamento. Isso é normal.

Deputado Renato Leal (*PS*): Isso é como a Universidade!

O Orador: O Sr., de facto, é muito generoso a prometer e a Portaria dos créditos das horas, para várias actividades, entre as quais apoio educativo, realmente é muito generosa. Se ela diz que é o limite, Sr. Secretário, então dê só uma hora a cada escola e ficamos todos entendidos, porque não vale a pena dizer que é o limite e depois o Sr. tira-nos 30 e 40% e as escolas que fazem a requisição de meios humanos, de professores, em Julho e não agora, fizeram-no com base na boa vontade que estavam a ver. Concluimos agora que indevidamente, nesta Portaria e na prática do ano anterior que, por haver eleições, o Sr. até correspondeu com a criação dos chamados horários zero, os tais que foram obrigados a fazer 35 horas, o que até teve um parecer negativo e uma recomendação do Sr. Provedor de Justiça, que espero, em boa hora, tome em consideração.

Este ano temos problemas semelhantes como tínhamos o ano passado. O Sr. sabe por que é que eles são semelhantes? Porque a política é a mesma. Os problemas subsistem, porque a política é a mesma, só que este ano os problemas estão agravados. É indesmentível, por mais que o Sr., queira fazer crer, por mais que o Sr. Carlos César, Presidente do Governo Regional vá à Povoação dizer que o ano escolar arrancou dentro da normalidade, isso nunca vai apagar as atribulações que se estão a verificar, não vai tirar da mente de pais e sobretudo das crianças, as dificuldades que estão a passar.

Em Fevereiro deste ano o Sr. alterou a área escolar de Ponta Delgada, decidindo nessa altura levar os alunos do Livramento para a Escola Canto da Maia, não lhes resolvendo o problema dos transportes, nem sequer em Julho, quando se deu um abaixo-assinado dos pais e encarregados de educação. Hoje, porque eles se manifestaram, já teve teve disponibilidade para estudar o assunto.

De facto, os problemas subsistem de forma agravada, porque este Partido Socialista e este Governo Regional, cá como lá, pioram com o tempo.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Eu começaria pela primeira parte da sua intervenção e porque me parece que é um assunto recorrente, é um assunto que não esquece jamais, ou seja, a “Carta Escolar”. A “Carta Escolar” é um documento fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura educativa. A “Carta Escolar” foi feita com base nos dados do ano de 98/99 e foi feita com preços dessa altura.

Também lhe posso dizer que a “Carta Escolar” diz que ela própria será revista anualmente e está a ser revista com base nos dados do censo 2001 e estamos a preparar a actualização da “Carta Escolar” deste ano para enviar aos Conselhos Locais de Educação. Isto será feito e provavelmente entre Outubro e Novembro essa actualização estará em discussão pública.

A “Carta Escolar”, também ela própria, diz que indica as prioridades das obras, mas que estão sujeitas aos instrumentos de planeamento que a lei prevê.

A “Carta Escolar” é uma Resolução e os Srs. Deputados aprovam o plano de cada ano e ele diz o que é que nós vamos executar.

É verdade que a “Carta Escolar” previa preços que não são realistas e que nalguns casos são metade daquilo que se veio a verificar. Isso aconteceu. Houve essa evolução nos preços da construção civil nas obras públicas nos Açores. Temos que enfrentar essa realidade e estamos a enfrentá-la.

A “Carta Escolar” continua a ser um documento fundamental e nós temos todo o interesse em executá-la. Nenhuma das obras que está na “Carta Escolar” está

esquecida. Todas elas são necessárias e vamos executá-las à medida que os nossos recursos o permitirem.

Posso-lhe dizer que em relação aos recursos que foram aprovados por esta Câmara para o ano 2001, nós estamos no bom caminho para executar as obras que estavam previstas para 2001.

A proposta para 2002, que em breve será aqui discutida, dirá aquilo que nós podemos fazer em 2002 e assim por diante.

É evidente que, em relação à “Carta Escolar”, nós estamos a investir mais nesta área do que aquilo que a “Carta Escolar” previa, mas estamos a fazer menos obras, porque os preços aumentaram. Isto é assim, é assim com qualquer instrumento de planeamento.

Aliás, creio que o erro da “Carta Escolar” foi ter incluído essa calendarização, porque veio a revelar-se totalmente irrealizável e veio a revelar-se que os valores que estavam apontados, em termos de investimento, não eram realistas.

Nós estamos a investir. Se olhar para a “Carta Escolar” vê que estamos a investir em cada ano quase aquilo que nos propusemos investir, com excepção deste ano que até estamos a investir mais.

Não é possível realizar todas as obras, mas a realidade é que há uma infeliz evolução nos preços da construção civil que se verificaram nos Açores.

Por tudo isto, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer que ninguém mais do que eu gosta de inaugurar escolas, ninguém mais do que eu gosta de ver escolas em condições, mas pode ter a certeza que tudo faço para, com os recursos que tenho disponíveis, realizar as obras que estão na “Carta Escolar”, só que as vamos realizar à medida que os recursos nos permitem.

Deputada Berta Cabral (PSD): Quais são? Cortaram tudo!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, gostava de dizer a esta Câmara que a “Carta Escolar” é o que é. Está escrito na Resolução que é um instrumento que fica sujeito ao planeamento que em cada ano é feito.

A “Carta Escolar” é uma manifestação de intenções que queremos realizar. Quanto ao tempo já percebemos que não a vamos realizar assim e por isso mesmo a actualização da “Carta Escolar” virá sem ter uma calendarização, porque não é

possível fazer isso, com as evoluções que aconteceram em termos de preços e só para lhe dar um exemplo, a Escola da Lagoa, que tem uma área muito semelhante à escola que será feita em S. Carlos, apesar de não ter o ensino artístico, que é um factor que encarece esta escola, custou cerca de 40% da proposta mínima que apareceu para S. Carlos, mas esta evolução é geral.

A Escola da Maia, que é igual na sua essência à Escola que esta semana se iniciou nos Ginetes, custou cerca de 60% do que vai custar a dos Ginetes. A evolução de preços foi esta para o mesmo edifício feito três anos depois.

Em termos de adjudicações é isso que está a acontecer e, por isso, temos que nos ajustar a esta evolução.

Esclarecido o problema da “Carta Escolar”, vamos às outras questões que o Sr. Deputado levantou: orçamentos rigorosos e sérios nas escolas, é verdade. As nossas escolas fazem orçamentos rigorosos e sérios, que são aprovados pela Secretaria da Educação que também faz orçamentos rigorosos e sérios.

Posso-lhe dizer que as nossas escolas gastam entre 95 e 97% dos seus recursos em pagamento de pessoal. Os restantes são para as despesas correntes em geral.

Sr. Deputado, nós quando tivemos que fazer as cativações para atingir o total que está na resolução do Conselho do Governo, tivemos que distribuir de forma assimétrica, ou seja, o total é que dá a cativação que está prevista na Resolução e não o que está cativado nesta ou naquela rubrica e porque há despesas que são inevitáveis, não podemos cativar nessas, tivemos que cativar mais nas outras rubricas.

Também lhe posso dizer que as rubricas que foram sujeitas a cativação representam cerca de 4% do orçamento global das escolas e foi desses 4% que nós cativámos 20%. O que é que isso representa? Isso representa qualquer coisa como duzentos e tal mil contos.

É verdade que há escolas que estão a atravessar situações muito difíceis.

Nós assumimos o compromisso de que nenhuma delas atingiria a ruptura e já hoje foram autorizadas algumas desactivações à custa e outras cativações noutras áreas da Secretaria. Nós vamos continuar esta política por forma a que não haja rupturas.

As situações são muito difíceis, mas certamente nenhuma despesa obrigatória ficará por realizar. Eu gostaria que isto não acontecesse, mas tem de ser assim, porque são os recursos que nós dispomos.

Vamos continuar a fazer uma gestão com as escolas no sentido de evitar as rupturas, mas mantendo um grau de contenção elevado neste último trimestre do ano.

Se houver da parte do Sr. Secretário das Finanças uma orientação no sentido de que as razões que levaram a esta medida preventiva desapareceram, pois nós, com muita alegria, faremos a libertação das verbas que estão cativas. As verbas não foram retiradas, mas apenas cativadas. Vamos ver como é que evolui a despesa pública neste ano.

No que diz respeito à educação, volto a repetir: eu só saberei a evolução real da despesa, quando forem processados os primeiros meses deste ano lectivo, porque os valores podem ser completamente diferentes do ano passado.

Em função desses valores, nós veremos o que é que podemos cativar ou descativar.

Posso-lhe também garantir que, com certeza, nenhuma escola ficará sem dinheiro para pagamento de salários, do 13º mês ou de outro mês qualquer. Todas essas situações serão resolvidas uma a uma, à medida que forem surgindo.

Também lhe posso dizer que vamos reunir com todos os Conselhos Executivos na próxima semana e vamos fazer com cada escola uma análise, ponto a ponto, de todas as situações de ruptura ou de iminente ruptura no sentido de as resolver e resolveremos todas aquelas que forem de ruptura. É preciso fazer-se isto, vamos fazer.

Também lhe quero dizer que em relação ao discurso de milhões, Sr. Deputado, eu continuo a dizer que nós gastámos muito mais na educação do que aquilo que os Srs. jamais gastaram e aquilo que está a ser retido é uma percentagem muito pequena do investimento que estamos a fazer. É uma percentagem ínfima que nem represente 2% do total da despesa na educação. É isso que estamos a cativar e não mais do que isso e vamos fazer os possíveis para ir libertando à medida que as circunstâncias o permitirem. Foi uma medida cautelar e vamos seguir assim.

Posso-lhe também garantir que a Secretaria tudo fará para que nenhuma atinja ruptura em nenhuma rubrica. Se isso acontecer vamos resolvendo os problemas.

Portanto, vamos continuar assim, fazendo a gestão o melhor que pudermos, em colaboração com todas as partes envolvidas.

Sr. Deputado, também lhe queria dizer que, em relação aos orçamentos das escolas, só para lhe dar uma ideia, os orçamentos das escolas são orçamentos extremamente apertados, no que diz respeito à despesa corrente. De facto, as nossas escolas têm uma grave deficiência nessa área.

A maior parte do dinheiro que vai para o sector da educação, e é muito, vai para o pagamento de salários e a quantia de dinheiro que as escolas têm, em termos de despesas correntes, aquelas que o Conselho Executivo ou o Conselho Administrativo da Escola pode gerir livremente, são ínfimas e são claramente insuficientes.

Espero que a nossa Região algum dia tenha os recursos suficientes para também ultrapassar isto e espero que quando for a aprovação do orçamento, não estejam aqui os Srs. a dizer que vamos reduzir a despesa corrente, porque o Governo gasta muito em despesa corrente, esquecendo-se que as despesas correntes do Governo, no que diz respeito à Secretaria da Educação, faz-se quase totalmente na escola. Por isso mesmo, quando se falar aqui em redução das despesas correntes, perceba-se onde é que estamos a reduzir. Nós faremos os possíveis para que não haja rupturas e não vai haver.

Em relação à questão que o Sr. Deputado levantou dos transportes da Escola Canto da Maia, posso-lhe dizer que esse problema foi levantado muito cedo. Foi levantado, se não me engano, em Maio do ano passado e nessa altura iniciaram-se os contactos para que o assunto fosse resolvido, mas este assunto tem que ser resolvido através da reorganização da rede de transportes públicos de Ponta Delgada. Isso está em curso, mas é um trabalho complexo de parceria, já que não é o Governo que manda na área dos transportes. Há que encontrar os necessários equilíbrios com as empresas concessionárias e isso está a ser feito.

Já tinha sido encontrada, há uma semana, uma solução alternativa que é - confesso que não é a melhor - a solução de mudarem de autocarro, mas isso implica que um percurso que se podia fazer em pouco mais de 10 minutos, demore perto de 40. É verdade que não é a melhor solução, mas é a solução possível enquanto não se encontrar as soluções necessárias de fundo, em termos de transporte, já que não é só

a Escola Canto da Maia que está sendo mal servida, como também o Hospital de Ponta Delgada, o edifício da Segurança Social, a Domingos Rebelo e a própria Universidade dos Açores ,que ficam naquele eixo e que poderiam, com vantagem, ser melhor servidos, alterando as rotas do autocarro. Esperemos que seja possível chegar a essa conclusão.

Também lhe posso dizer que, em relação a transportes escolares, nós temos muitos e variados. Nós gastamos na nossa Região 1,2 milhões de contos em transporte escolar.

Somos a Região do País que mais gasta em transporte escolar. Todo o Continente gasta pouco mais de 4 milhões e nós com este pequeno território e com um número de alunos que representa 2% do total nacional, gastamos isto.

O transporte escolar é extraordinariamente caro entre nós e é preciso racioná-lo, mas não é através de medidas avulsas, tal como alugar mais um autocarro que nós vamos resolver isto, porque, de facto, o que vai acontecer, é que vão começar a surgir cada vez mais problemas por parte dos concessionários, por forma que a gente alugue mais um autocarro e se resolva o problema.

O que nós temos que fazer é repensar as redes. É isso que é preciso fazer em Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para interpelar a Mesa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É só para pedir o prolongamento dos nossos tempos.

Presidente: Está concedida a prorrogação de prazo.

Considerando já esta prorrogação, o Governo dispõe de 7 minutos, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado, o PSD, os Sindicatos, os professores têm culpado este Governo em termos de ingerência junto dos Conselhos Directivos das escolas.

O Sr. Deputado Joaquim Machado sabe que eu tive responsabilidades de Presidente do Conselho Directivo duma escola durante três anos, dois deles durante a administração do PSD no poder.

O Sr. Deputado Joaquim Machado talvez não saiba – e tenho pena que o Dr. Bento Barcelos tenha saído neste momento da Sala – que quando o Dr. Bento Barcelos era Secretário Regional da Educação não permitiu que eu adiasse a abertura de aulas, por motivo de obras.

Deputado Mark Marques (PSD): Ele não saiu. Ele já estava fora quando começou a falar.

O Orador: Tenho pena que ele não esteja para constatar o facto relatado por mim.

A uma semana antes de abrir as aulas na Escola Secundária Domingos Rebelo, apareceram lá os elementos das Obras Públicas para pintar as janelas da minha escola, que também é sua.

Reuni o Conselho Pedagógico da minha escola e queria adiar a abertura do ano lectivo por uma semana – era também ano de eleições – e o Sr. Secretário Regional nunca permitiu que eu adiasse uma semana de aulas na Domingos Rebelo, porque a empresa e o Sr. Director Regional das Obras Públicas garantiam-me que em 15 dias fariam aquela pintura na Escola. Foi feita mais tarde ao longo do ano, no meio das aulas.

Eu, como Presidente do Conselho Directivo reuni outra vez o Conselho Pedagógico e abri o ano lectivo na data que estava fixada pelo despacho do Sr. Secretário Regional.

Parece que não é novidade essas ingerências em termos de abertura de ano lectivo. Portanto, ingerências também já as houve no passado.

No que concerne ao orçamento e às dificuldades financeiras, sempre as houve nas escolas.

Qualquer Secretário gosta que o ano lectivo abra na data que está fixada.

Eu levei anos a fio em que num mês pagava a luz, no outro pagava a água, - até a Câmara de Ponta Delgada chegou a querer cortar-me a água - porque o orçamento da escola não permitia que eu pagasse.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso foi no mandato do San-Bento.

O Orador: Portanto, se as dificuldades orçamentais existem hoje, ao nível da gestão das escolas, também as houve no passado.

Também posso dizer que os reforços eram pedidos até ao final do ano e nunca houve nenhuma escola que ficasse por pagar as suas dívidas.

Parece que é uma novidade hoje, em termos de gestão escolar, não haver dinheiro para o telefone, para a luz ou para a água, mas eu vivi 3 anos nesta situação e, quer nos Governo do PSD, quer no Governo do PS, cheguei ao fim do ano com as minhas contas liquidadas. Cheguei a dever à EDA, na Domingos Rebelo, mais de mil contos.

Se não tinha verba no orçamento não as pagava, mas toda a gente sabe que em final de ano são feitos os reforços para equilibrar todos os orçamentos. Portanto, não se vivia financeiramente desassossegado em qualquer escola.

Existem esses problemas hoje, nós conhecemos, mas também os houve no passado.

Em relação a verbas e reforços, acho que estamos falados.

Relativamente ao problema das escolas, que ontem foi aqui lançado e que o Sr. Secretário já falou, ao nível da “Carta Escolar”, acho que é um erro que comete o líder do PSD, ao referir-se à Escola da Horta.

Julgo que há peças que hoje devem estar mais em análise, nomeadamente o PMP aprovado pelo Governo para os 4 anos e o Pano deste ano de 2001 em que não faz qualquer referência a essa Escola Secundária, mas só daqui a dois anos. Foi o que nós aprovámos nesta Casa.

Portanto, vir falar hoje que a Escola já devia ter começado, quando há peças que já estão ultrapassadas, eu acho que não é correcto e julgo que não é a melhor maneira de fazer política e estão a mentir às pessoas, porque há duas peças principais que são o PMP e o Plano deste ano e relativamente a este ano não há referência à Escola Secundária da Horta.

Custa-me muito dizer isto, mas é o que eu sinto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Começo por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entra nos debates que quer, quando quer e como quer.

A nossa decisão de ontem foi, não estando presente o nosso membro do Governo, responsável pela área da Educação, não fazermos essa discussão na sua ausência.

Uma segunda questão tem a ver com a autonomia que hoje as escolas têm e que o Sr. referiu. Essa autonomia existe porque este Grupo Parlamentar, este Governo e o Partido Socialista assim também o quiseram, porque no passado qualquer professor de qualquer escola que quisesse uma telha, tinha que fazer 50 ofícios para a Câmara. Hoje esse professor não precisa de nada disso. Foi este Partido Socialista que tomou essa iniciativa, incluindo-a no seu programa eleitoral de 96 e cumpriu-a.

Também porque o Sr. fala de transportes, quero-lhe dizer que na minha cidade da Ribeira Grande, durante toda a governação do PSD, os alunos da Ribeira Grande ficaram sempre cá em baixo na estação das camionetas e não havia maneira delas chegarem à Gaspar Frutuoso ou à Secundária da Ribeira Grande. Com o Partido Socialista passaram a chegar lá.

Portanto, há muitas escolas cujos alunos sempre andaram quilómetros a pé, debaixo de chuva, porque os Srs. também assim o quiseram.

Falando agora da última questão em que o Sr. diz que existe uma superlotação de alunos, e porque entendo que os números também falam por si, vou dar-lhe alguns números para nos entendermos. Assim, os dados relativos ao mês de Agosto deste ano são os seguintes:

Santa Maria tinha no 1º Ciclo 2 turmas com 12 alunos, 2 turmas com 13, 2 com 14, 2 com 15, 4 com 16, 1 com 17, 3 com 19, 2 com 20, 2 com 22, 2 com 21, 1 com 23, 1 com 28, o que dá uma média de 17,4 alunos por turma.

Se continuar, mesmo numa das áreas que o Sr. disse, que é Ponta Delgada, também podemos ver o que é que aconteceu e foi o seguinte: 2 turmas com 15 alunos, 3 com 16, 9 com 17, 17 com 18, 19 com 19, 31 com 20, 14 com 21, 9 com 22, 7 com 23 e 1 com 24, o que dá uma média de 18,5 alunos por turma.

Mas, indo para as escolas mais pequenas, podemos falar da Básica Integrada das Velas onde tínhamos 1 turma com 6, 2 com 8, 1 com 9, 2 com 10, 1 com 11, 2 com 12 e 1 com 25, o que dá uma média de 14,8 alunos por turma.

Portanto, posso continuar se quiser, falando da Horta, uma vez que hoje tiveram a visitar aquela escola, e a perspectiva que havia era 1 turma com 9 alunos, 2 com 12, 1 com 13, 4 com 14, 2 com 15, 5 com 16, 9 com 17, 5 com 18, 5 com 19, 2 com 20, 3 com 21, 1 com 22 e 1 com 23 alunos, o que dá uma média de 17 alunos por turma.

Estou a falar-lhe dos dados que havia antes do primeiro dia de aulas. Eram os números que existiam nas escolas ou em qualquer organização escolar. Sempre foi assim: alunos matriculados e a previsão de alunos. Estes dados são durante o mês de Setembro. Antigamente era no mês de Outubro que se faziam os mapas definitivos da existência dos alunos que efectivamente estavam nas escolas, porque havia transferências, havia anulações de matrícula e havia mudanças de famílias.

Também para que se perceba o que é que acontece nas Flores, posso-lhe dizer que há 2 turmas com 11 alunos, 2 com 13, 2 com 17, 2 com 18, 3 com 19 e 2 com 20, o que dá uma média de 16,5 alunos por turma.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Isso é do 1º Ciclo?

O Orador: Estes são dados do 1º Ciclo. Se quiserem também temos dados para dar do 2º e 3º Ciclos e gosto de os dar para sabermos do que é que estamos a falar:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dê mais que eu estou gostando!

O Orador: Escola Canto Maia: 1 turma com 12 alunos, 1 com 15, 1 com 18, 1 com 20, 1 com 21, 2 com 22, 3 com 23 e 21 com 26 alunos, o que dá uma média de 24 alunos por turma, no 2º Ciclo do Ensino Básico.

Temos aqui os dados de quase todas as escolas da Região e podemos dizer que a previsão era esta.

Quem sabe destas coisas, sabe que depois de começar as aulas há ajustes, há mudanças, há censos de alunos e hoje este número de certeza que não pode ser este, mas era esta a previsão que havia de alunos para o início deste ano lectivo.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, não aumentámos o número de alunos por turma e continuamos a cumprir com a nossa legislação, alguma dela aprovada nesta

Casa, outra feita pelo Governo que é a admissão de alunos por turma, por forma a garantir-se uma qualidade de ensino.

Enquanto estivermos no Governo vamos continuar a ter a paixão pela educação, porque nos batemos e vamos continuar a bater por ela.

Temos posições completamente diferentes das vossas, desde logo na Carta Escolar. A nossa opção foi – e vou dizê-lo 50 vezes nesta Casa – não retirar as crianças e os jovens das suas localidades, começando por fazer prioritariamente escolas nas áreas não citadinas. Foi não fazer aquilo que os Srs. fizeram no último mês que foram Governo. O último mês que o PSD foi Governo, Setembro de 1996, pôs 4 escolas a concurso para ganhar votos. Eu repito: havia eleições em Outubro e o seu Governo no mês de Setembro pôs a concurso 4 escolas.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Entre as quais a Escola da Madalena!

O Orador: Peço desculpa, mas a Escola da Madalena começou no mandato anterior e acabou nesse mandato.

Eu estou a falar em Setembro de 96, quando o Sr. era Secretário da Educação,...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Estava quase pronta.

O Orador: ... que pôs 4 escolas a concurso e vou-lhe dizer quais foram: a do Corvo, a de S. Carlos na Terceira, a da Horta e a de Ponta Delgada, numa perspectiva que os Srs. tinham e têm de trazer para as cidades todos os alunos.

Nós temos uma perspectiva diferente, e sempre tivemos desde o princípio, que é a perspectiva de não retirar as crianças das suas localidades.

Por isso já fizemos a Escola do Corvo.

Deputada Berta Cabral (PSD): E as outras onde é que estão?

O Orador: A Escola da Maia está pronta, a funcionar na Maia.

Escola Secundária da Lagoa, a funcionar para os alunos da Lagoa e para os alunos do Concelho de Vila Franca..

Deputado Bento Barcelos (PSD): O Sr. só nos vem dar razão.

O Orador: Como os Srs. sabem muito bem os alunos tinham que vir desde Ponta Garça para Ponta Delgada. A vossa opção era fazer mais uma escola dentro de Ponta Delgada para que todos tivessem que vir para Ponta Delgada.

A nossa opção não foi essa. A nossa opção foi descentralizar...

Deputada Berta Cabral (PSD) Quais foram as que descentralizaram até agora?!

O Orador: e colocar as escolas nos centros de origem e por isso a escola dos Ginetes já começou, a da Maia e a da Lagoa estão prontas, porque a estratégia do PS para a educação, é não trazer tudo para as cidades.

Deputada Berta Cabral (PSD) Que grande estratégia! A estratégia da lagarta.

O Orador: A vossa estratégia durante 20 anos foi concentrar tudo nas cidades.

Presidente: Agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

A nossa estratégia foi completamente diferente e é por isso que temos uma “Carta Escolar” e é por isso que já estão três escolas feitas e estão a fazer-se mais duas.

Vamos continuar com esta estratégia que é não concentrar nas cidades todos os alunos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não é só dizer, é preciso fazer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento, mas tenho de começar esta minha intervenção com um protesto, um protesto contra o modo pouco rigoroso, para não usar a expressão “mentiroso”, como o Sr. Deputado Francisco Sousa repetida e sistematicamente...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe os adjectivos! Cuidado com os adjectivos!

O Orador: ... aqui faz afirmações de que os Governos do PSD optaram por concentrar os alunos em escolas que construíram só nas cidades.

Deputado João Cunha (PSD): É uma falta de rigor que é uma coisa séria!

O Orador: Dez, cem, mil vezes, Sr. Deputado Francisco de Sousa, é mentira! É falso o que o Sr. acabou de afirmar e eu já tive oportunidade aqui, e vou fazê-lo quantas forem as vezes que o Sr. falte à verdade, de enunciar as escolas que foram feitas pelos Governos do PSD!

Só do 2º e 3º ciclos foram 19, em 20 anos, entre as quais, Arrifes, Capelas, Rabo de Peixe, Nordeste, Vila Franca, Lagoa, Biscoitos, para não falar das outras vilas das ilhas onde não existem cidades.

Portanto, Sr. Deputado, é falsa essa atitude intelectualmente pouco honesta de tentar refazer uma história de sacrifícios de muita gente, com o contributo político também, de muita gente, gente que ainda hoje está aí na sua bancada que, embora partilhando duma opinião diferente da nossa, deu o seu contributo em benefício dum pluralismo democrático, que nós prezamos e que sempre existiu nos 20 anos em que estivemos no Governo.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a outras questões, Sr. Secretário Regional da Educação, eu não duvido do seu gosto de inaugurar escolas, nem sequer das suas intenções, nem das intenções que constituem a “Carta Escolar”, mas permita-me que cite aqui a sabedoria popular: “de intenções estão os nossos alunos cheios!”.

De facto, nem sequer a sua versão da “Carta Escolar”, que é muito pessoal, mas que o Sr. de uma forma elegante e transparente facultou em Junho passado, consegue cumprir e dou-lhe um exemplo que está na página 39:

— EB, Escola do 1º Ciclo da Matriz da Horta. V. Exa. anotou a inauguração em Setembro de 2001.

Sr. Secretário, nem sequer isso o Sr. consegue cumprir.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Está quase pronta. Fui lá cima hoje.

O Orador: Portanto, de intenções estão os nossos alunos e os nossos professores cheios.

A propósito da “Carta Escolar”, Sr. Deputado José do Rego, eu julguei que o Sr. ia ter um momento de grande lucidez e que ao falar da Carta Escolar e da sua e nossa escola, Domingos Rebelo, não ia lembrar-se do tempo em que era preciso fazer uma caiação, mas sim das obras de grande reparação e ampliação que lá se propõe fazer o Governo Regional por uma objectiva e manifesta necessidade.

Se a “Carta Escolar” é intenções, vamos então aos planos:

O plano de 1997 já dizia: “grande reparação das instalações escolares da Domingos Rebelo” e consignava 25 mil contos

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E foram gastos!

O Orador: O Plano também é um conjunto de intenções.

O Plano de 98 voltava a dizer que se ia fazer a grande reparação das instalações e era generoso, triplicava a verba, consignando 75 mil contos.

Em 1999, o Plano ainda era mais generoso, não na verba, mas nas intenções e dizia: “conclusão e aprovação do projecto de execução e início da empreitada”. Já lá vão três anos.

O Plano de 2000 dizia: “Elaboração do projecto” que tinha sido concluído no ano anterior e “início da empreitada”. O Sr. sabe quando é que o Governo tem dinheiro para a ampliação da Domingos Rebelo? Só no ano de 2003.

Sr. Secretário, estamos a ser sérios? Essas intenções são sérias? O Governo do Partido Socialista está a brincar!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Ó Sr. Deputado, não atire pedras, porque podem cair-lhe em cima!

O Orador: Mas mais:

O Sr. Secretário gasta hoje mais na educação. É óbvio, é evidente e não podia ser diferente pela simples razão de que também o Sr. Secretário hoje ganha mais do que qualquer Secretário do PSD.

(Risos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não é isso que me move.

Deputado Renato Leal (*PS*): Essa é de “la palice”!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Já era!

O Orador: Sr. Secretário, é uma questão de constatação e só uma mediania política é que podia conceber como razoável que no ano de 2001 se investisse tanto na educação como em 1992.

Presidente: Agradecia que concluísse o seu raciocínio, Sr. Deputado.

O Orador: A conclusão não é minha, é de um antigo deputado do Partido Socialista, de um dirigente de ilha do Partido Socialista que diz uma vez mais, a respeito do

calendário escolar, que em vez da autonomia, imperou a teimosia e que uma vez mais se optou claramente pela quantidade em detrimento da qualidade.

O Sr. Secretário com certeza que leu o parágrafo final desta carta aberta, do antigo deputado do Partido Socialista, Paulo Araújo que terminava mais ou menos nestes termos: “A propósito não vale a pena questionar a minha opção partidária. Isso não lhe trará qualquer consolação”.

Relativamente ainda a despesas, Sr. Secretário, de facto, as nossas escolas gastam essencialmente em pessoal docente e isso é despesa corrente, mas eu vou lembrar aqui um pequeno episódio de lição de finanças públicas.

Em determinada ocasião - não sei se é militante - o seu camarada Cabral Vieira, que também já foi nosso companheiro por afinidade...

Deputado Cabral Vieira (PS): Por afinidade. Nunca por amor!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Faz bem lembrar estas coisas!

(Risos da Câmara)

Deputado João Cunha (PSD): Se calhar foi por oportunidade. Diga lá a verdade!

O Orador: Permita-me Sr. Presidente que, mesmo estando no uso da palavra, possa fazer um aparte: era por afinidade e certamente que não era por oportunidade. Espero que esteja aí por afinidade e não por amor.

... deu-nos aqui uma lição de teor académico-universitário, dizendo que há despesas correntes que são investimento. Por isso gaste mais em despesas correntes. Invista mais na educação, porque não há qualquer problema nisso.

O problema é que hoje há pais que são solicitados pelas direcções das escolas para contribuírem para uma caixa escolar como se fazia antes do 25 de Abril, porque não há dinheiro para aquisição de materiais pedagógicos. Estamos a falar de despesas obrigatórias, porque, de facto, esses são alunos que no 1º Ciclo ainda estão no princípio da escolaridade obrigatória.

Serve também esta alusão ao facto da caixa escolar ser algo que existiu antes do 25 de Abril, para lembrar que o Sindicato dos Professores, há pouco mais de uma

semana, também concluía, sobre o estado da educação nos Açores, que ela só é comparável com o que se passou exactamente no período anterior ao 25 de Abril.

Se não gosta dessa síntese do Sindicato, pois fiquemos tão só pela síntese do antigo deputado e dirigente do Partido Socialista de S. Miguel que diz que “não é muito fácil descobrir”. Ele foi generoso, queria dizer era que é difícil encontrar em 25 anos de governo próprio uma equipa que tão mal tenha conduzido os destinos da educação.

Presidente: Como já compreendeu nós estamos a ser condescendentes aqui na Mesa, mas tem que haver limites e o Sr. Deputado já vai em 12 minutos para além do tempo permitido.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Vou concluir mais alguns pequenos retalhos desta manta esburacada que é a educação nas mãos do Partido Socialista.

De facto, em Fevereiro quando mudou a área escolar de Ponta Delgada, devia ter precavido os alunos do Livramento e de outras freguesias, mas não o fez atempadamente, nem resolveu em Julho quando recebeu o abaixo-assinado dos pais, nem resolveu a semana passada quando alguns alunos do Livramento passaram a trocar de autocarro e a irem para a Canto da Maia num segundo autocarro. É uma boa solução, sim senhor, se eles tivessem direito a vir para baixo no mesmo autocarro. Eles têm direito a irem para cima e para baixo vêm a pé.

Deputado João Cunha (PSD): “Para baixo todos os santos ajudam!”

O Orador: Isto para não falar de todos os outros da zona Norte dessa freguesia que esses então nem para cima, nem para baixo, têm direito a autocarro.

O Sr. Secretário já que gasta 1,2 milhões de contos em transportes escolares na Região, não poupe nuns míseros tostões que falta para transportar 14 alunos da Lomba de Cima nos Ginetes.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): As obras já começaram.

O Orador: É verdade que as obras começaram, mas começaram depois do prazo em que deviam estar concluídas. A Carta Escolar dizia que a Escola dos Ginetes abria em Setembro de 2001, pois só no fim de Setembro de 2001 começaram as obras.

O Sr. Secretário enche a boca com estas obras todas e que também criou a escola virtual de Água de Pau que, por sinal, funciona dentro da Lagoa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. secretário Regional da Educação e cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado falou aqui em obras que apareceram nos Planos e não foram executadas. Por acaso aquela da Domingos Rebelo que custava 25 mil contos foi feita, mas quero-lhe dizer que aquela que o Sr. citou aqui na Horta, ou seja, a Escola da Matriz/Conceição, desde os anos 80 que anda nos planos da Região e muitas das obras que agora estão a ser inauguradas, Sr. Deputado, já andaram nos planos da Região na década de 80.

Sr. Deputado, infelizmente, essa não é uma novidade e nós estamos a reduzir as obras que estão assim e vamos continuar a fazê-lo. Muitas das obras que foram inauguradas nos últimos anos, são obras que tiveram em planos que nunca chegaram a arrancar.

É verdade que algumas dessas obras estão atrasadas? É verdade sim senhor, mas no que diz respeito, por exemplo, ao Plano de 2001, temos pelos menos duas acções que estão atrasadas, mais concretamente uma delas, com muita pena minha, não vai arrancar no prazo que eu gostaria que arrancasse, que é a Escola de S. Carlos. É verdade que isso aconteceu, mas aconteceu porque há razões que levaram a isso, razões de natureza processual ou financeira que levaram a esses atrasos.

Mas, Sr. Deputado, há muitas obras, dizia mesmo dezenas de obras que já passaram pelos planos da Região, algumas já executadas e outras ainda nem sequer começaram, quando o Sr. Deputado também teve responsabilidades nessa área. Isso aconteceu, acontece e há razões que o justificam.

Sr. Deputado, quando falarmos destas coisas é bom que não atiremos pedras para evitar que elas nos caiam em cima.

Quero-lhe dizer que as escolas da Matriz/Conceição, Flamengos, Boa Hora em S. Jorge – são aqueles que me estou agora a lembrar, mas com certeza que haverá muitas mais – são obras que já estiveram nos planos na década de 80 e nunca chegaram a ser feitas.

Sr. Deputado, nós estamos a executar o nosso Plano com os recursos que temos, com a celeridade que é possível e vamos continuar a fazê-lo e temos que o fazer com transparência. Por isso, Sr. Deputado, é que eu não costumo vir aqui prometer datas de fim de obras.

Há uns tempos atrás, de forma brincalhona, uma Sra. Deputada dizia que não era empreiteira e eu também não sou. Sem querer brincar, porque os nossos debates têm de ser sérios, quero-lhe dizer que na realização de obras pública, particularmente com a envergadura que têm as escolas, há muito factores que as condicionam. Por isso mesmo não me atrevo a indicar datas.

As anotações que eu tenho na Carta são as minhas melhores previsões e estava previsto que fosse em Setembro e agora dizem-me que será em Novembro. Não sei, talvez poderá ser para Janeiro ou Fevereiro, mas o que é certo é que a escola está neste momento numa fase muito avançada de construção e esperemos que ela acabe rapidamente.

É assim que temos que encarar estas coisas e dizer-lhe que aquilo que está incluído no Plano temos intenção de fazer. Se não fazemos é porque não podemos. Da mesma maneira que aquilo que os Srs. incluíam nos planos era nas mesmas condições.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

O Sr. nunca mais vai dizer que eu sou mentiroso! Olhe bem para mim: Não diz mais vez nenhuma! Podemos ter divergências políticas, mas essa palavra, em relação à minha pessoa, nunca mais se utiliza. É para ser muito direitinho, olhos nos olhos e dedo apontado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Uns podem dizer e os outros não podem.

O Orador: Vou explicar-lhe politicamente porque é que o Sr. não pode utilizá-la.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Aquele senhor acabou de dizer.

O Orador: O Sr. entenda-se com aquele senhor e não se meta comigo nessa matéria. Comigo a palavra mentiroso não se fala, porque é uma coisa que eu nunca fui na minha vida e não vou ser nunca!

Deputado Victor Cruz (PSD): Não se deve estar a lembrar do tempo em que um deputado se levantou e prometeu na cara dum Secretário Regional.

O Orador: Se for preciso também assim será. Se ele mais alguma vez me chamar mentiroso leva mesmo na cara! Ouça bem: tenha cuidado com as palavras que usa em relação à minha pessoa. Comigo não se brinca. Aqui discute-se política, não se chamam nomes a ninguém.

Presidente: Srs. Deputados, vamos ter alguma moderação na linguagem

O Orador: Aqui dentro não se chama mentiroso a quem não é.

Eu disse e repito: os Srs. tiveram uma política de concentração de crianças e de jovens nas cidades e provo porquê.

Em 1987, o então Presidente do Governo Regional, acompanhado pelos responsáveis do sector da educação, foi à freguesia da Maia apresentar o projecto para a construção da escola daquela freguesia.

Discuti com os parceiros sociais esse projecto. No mesmo ano discuti também com os parceiros sociais, com as famílias e com os pais o projecto da Escola Secundária da Lagoa.

Em 1996, último mandato do PSD, o Governo do PSD colocou a concurso, no mês de Setembro, a Escola do Corvo, a escola de Angra do Heroísmo, a Escola da Horta e a Escola de Ponta Delgada.

É por estes factos que eu digo que a política do PSD pretendia chamar para a cidade as crianças e os jovens e não procurar que eles permanecessem nas suas residências.

Foi isso que eu disse e é isto que eu afirmo por estes dados. Estes dados permitem-me que eu faça esta leitura.

Se foram apresentar o projecto da Escola da Maia, se compraram os terrenos para aquela escola em 87, por que é que até 96 nunca fizeram. A da Lagoa a mesma

coisa, mas em 96, ano de eleições, para utilizar a metodologia do Sr. Deputado, puseram a concurso as escolas de três cidades e a do Corvo. São estes factos que me permitem fazer a leitura de que esta era a vossa estratégia e, portanto, agradecia que esses epítetos não ficassem. Esta é a minha leitura política.

O Sr. Deputado deve saber que nos últimos três anos houve grandes diferenças nos vencimentos dos professores e este ano vai-se sentir mais do que nunca, porque os professores que entraram este ano, no sistema nesta Região, são todos licenciados. Até há 4 e 5 anos atrás, nesta altura, estavam a entrar professores ou que não tinham habilitação, ou tinham habilitação insuficiente ou tinham habilitação própria, e foram pagos de forma completamente diferente.

Como o Sr. Deputado também sabe há já uma quantidade razoável de professores que foram terminando as suas licenciaturas e por isso têm um desenvolvimento de carreira completamente diferente do que existia há 2 e 3 anos atrás.

Por isso o Sr. Secretário diz, e tem toda a razão, que só a partir do pagamento dos ordenados de Setembro, de cada área escolar e de cada escola, é que verificará os montantes que precisa.

Também lhe vou dizer que não tenho nem um segundo de dúvida que não faltará a verba para pagar os salários. Era o que mais faltava!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Obviamente que não é habitual eu fazer qualquer intervenção quando se discutem assuntos ligados à educação, mas de acordo com a sua intervenção, fico satisfeito que o Sr. Deputado tenha retido alguma coisa daquilo que disse no passado.

Em determinada altura o Sr. disse que a educação era um investimento e mais recentemente disse que eu tinha dito que algumas despesas correntes - nesse caso concreto eu referia-me às despesas da saúde - eram despesas de investimento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu estou de acordo!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado, e aqui até estarei muito mais à vontade para lhe explicar isso e dizer-lhe o que é que se passa nessa matéria.

Embora eu não fale muito nesta área da educação eu sou docente da cadeira de economia e política de educação da Universidade dos Açores e tenho 4 anos de formação na área da economia da educação e posso-lhe dizer o seguinte: uma das áreas que me tem preocupado é, de facto, o investimento na educação e no caso português – e se é um investimento tem que ter uma rendibilidade, tem que ter um retorno – a taxa interna de rendibilidade da educação privada anda à volta dos 7 ou 8% e tem vindo a aumentar ao longo do tempo. Está publicado no “Journal of Employment Economics” e no “Journal of Labor Economics”, autor Cabral Vieira.

No caso da taxa de rendibilidade social é mais baixa e anda à volta do 6%.

Sr. Deputado, quero-lhe dizer que é, de facto, o investimento do século neste país.

Não há nenhum investimento que em termos reais garanta taxas familiar entre os 6 e os 8%.

Portanto, relativamente a esta matéria é um grande investimento e investindo na educação estamos, necessariamente, a ir no bom caminho e a potenciar, digamos assim, o crescimento económico, em última instância, à taxa interna de rendibilidade. É um indicador da escassez de aplicação de recursos humanos e um indicador das áreas onde podemos investir.

Em determinada altura o Sr. também falou em finanças públicas e disse que eu teria dado uma lição de finanças públicas. Quero dizer-lhe que não era essa a minha intenção, nem foi isso o que eu pretendi fazer nessa altura, mas abordou qualquer coisa que tem a ver com finanças públicas e falou, não sei bem se em cortes ou em verbas cativas, mas falou nisso em determinada altura.

O Sr. Secretário disse e muito bem que há verbas cativas e que podem ser utilizadas, se tal for necessário, ao longo do tempo. O Sr. Deputado admirou-se, não sei porquê! Talvez, porque na sua perspectiva o que pretende, efectivamente, é que essas verbas permaneçam cativas e que não venham a ser utilizadas. Aliás, cativar verbas é uma medida de precaução, é uma medida inteligente e faz parte, digamos assim, das boas políticas de gestão. Neste caso concreto penso que se deve cativar algumas verbas para não termos mais tarde que remediar, ou seja, em política “mais vale prevenir do que remediar”.

O Sr. Deputado Joaquim Machado diz, em determinada altura, que a despesa corrente é uma despesa de investimento, mas depois critica os cortes. Em determinada altura o Sr. Deputado dizia que, de facto, se devia fazer cortes nas despesas correntes, agora não se fez cortes, mas cativou-se algumas despesas correntes, o Sr. já diz que não, ou seja, o que servia em determinada altura, agora parece que não serve. É, de facto, uma inconsistência temporal do discurso. De facto, eu não entendo, porque uma vez propõe uma coisa, outra vez já critica.

Sr. Deputado, isto é maledicência e incapacidade de sugerir qualquer coisa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é.

O Orador: É um casamento péssimo. É a maledicência casada com a impotência. Francamente! É de evitar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco de Sousa, o Sr. sabe que, pessoalmente, nunca tivemos nenhuma questiúncula. Politicamente vamos continuar a ter todas as que forem possíveis.

Pode-me apontar o dedo quando quiser, porque não me intimida nos meus princípios, na minha interpretação que eu posso fazer da política do Governo e das opções do Partido Socialista. Pode-me apontar o dedo as vezes que quiser, pode-me apontar a arma, porque nem essa me intimida

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não é isso. Não me chame mentiroso mais vez nenhuma.

O Orador: Eu vou repetir já que o Sr. insistiu: não foi rigoroso, faltou à verdade ao dizer que o PSD concentrou nas cidades toda a educação.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Eu já expliquei isso.

O Orador: Mas, o que é curioso é que a sua segunda intervenção já diz que o leva a interpretar que...

Sr. Deputado, eu quando erro, e tenho errado muitas vezes, faço sempre o possível por corrigir. Reconheço que nesta ocasião o Sr. errou e tentou corrigir. Não tinha ficado nada mal ser mais humilde em reconhecer esse erro.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Reconhecer o quê? Não é verdade o que eu disse?

O Orador: Sr. Secretário, há escolas que provavelmente ainda hoje estão por construir que estiveram nos planos dos governos do PSD, mas é bom que nos entendamos: de que modo essas escolas tiveram nos planos do PSD? Dizendo que se iniciavam as obras, como a Domingos Rebelo que já dei aqui como exemplo? Mas, posso continuar a citar outras.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Pode, até dizer algumas que se concluíram!

Deputado Francisco de Sousa (PS): Em 1997 a da Lagoa estava pronta.

O Orador: Sr. Secretário, dê-me só um exemplo dos planos do PSD, com excepção do Plano de 92 - e estou a ser seu amigo - que é para não cair no erro que em tempos caiu o Sr. Deputado Francisco de Sousa

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Eu mando-lhe depois.

O Orador: Eu posso continuar por mais meia hora a dar exemplos de obras que, na legislatura anterior, os Srs. disseram que iam iniciar-se e que ainda hoje continuam sem nada feito. Quer mais exemplos?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Não precisa, porque eu sei.

O Orador: Eu sei que o Sr. sabe.

Sr Secretário ainda tem mais uma coisa, é que o PSD no passado errou, com certeza que errou. Nós estivemos a trabalhar 20 anos e seria possível durante tanto tempo não errar? Nós errámos. Mas o Sr. sabe o que é pior do que errar? É cometer o erro que já se apontou a outro e pior do que cometer o erro que já se apontou a outro, é justificar a nossa incompetência com os erros dos outros.

Sr. Secretário, se há coisas que o PSD não fez, já foi julgado pelo povo por isso. De nada vale vir justificar o que não consegue fazer com aquilo que o PSD não fez no seu tempo.

Parece-me que, politicamente, estamos em presença de objectivos muito medíocres quando se vem argumentar que não se faz, porque o PSD também não fez.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Desculpe, mas eu não disse nada disse.

O Orador: Relativamente a alguns dados, é verdade que nós cometemos erros no passado, mas o nosso discurso nunca foi o discurso da facilidade. O nosso discurso nunca foi o erro dos milhões. Nós é que ficamos embasbacados quando, perante o discurso de que há milhões, dizia no dia 8 de Maio o Sr. Deputado José do Rego que a educação está em boas mãos com este Governo, porque foi com este Governo que teve uma maior dotação.

De que importa ter a maior dotação inscrita se depois as escolas não têm dinheiro para funcionar, Sr. Deputado? Não vale a pena.

A propósito de números, Sr. Deputado Francisco de Sousa, gostei imenso dos números que apontou relativamente à média de alunos por turma no 1º Ciclo:18.2 por turma em S. Miguel.

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): Eu não disse isso.

O Orador: Desculpe, disse na área escolar de Ponta Delgada.

Eu também tenho dados e são os oficiais da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A área escolar de Ponta Delgada, Sr. Deputado, no ano passado tinha ... os números estão muito rateados, porque é uma fotocópia vindo por fax e não posso agora dizer, mas vou dizer os outros e depois farei as contas e voltaremos se for preciso.

Na Horta o Sr. Deputado disse que a média era de 17 alunos por turma este ano. No ano passado vou-lhe dizer, e aqui é que está a revelação da verdade do que eu estava a dizer, era de 15,1.

Quer o caso da Flores? Pois este ano são 16,5 e no ano passado, que havia eleições, era de 11,5 alunos por turma.

É ou não é verdade que os Srs. reduziram o número de professores? É ou não é verdade que podiam estar mais professores empregados e conseqüentemente a garantir mais qualidade de ensino?

Sr. Deputado Francisco de Sousa, o Sr. que tem muita consideração pela educação e que procura debater estas questões duma forma séria, coisa que, infelizmente, não se verifica com alguns deputados da sua bancada que fazem alguns apartes...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Vou concluir, Sr. Presidente.

... de duvidoso gosto, sobretudo quando está em causa o futuro dos nossos filhos, o futuro dos Açores, é ou não verdade que podíamos ter, com o mesmo orçamento que a Região tem, mais dinheiro afecto à educação, se o Governo não tivesse optado por cativar verbas?

Se não tivesse optado por reduzir a despesa, sobretudo se tivesse a gerir bem o dinheiro que está a gastar, podíamos, de facto, investir mais na educação, mesmo que isso fosse em despesas correntes, porque na educação não se gasta, investe-se. Investe-se e é preciso investir mais e a nossa Região é demasiadamente pobre para gastar tão pouco na educação, Sr. Secretário, porque pegando em números nacionais, - e isto também serve para o Sr. Deputado Cabral Vieira – só 10% da população activa portuguesa é que tem um curso superior. Na União Europeia essa média é de 21%.

Deputado Cabral Vieira (PS): Disse agora qualquer coisa que eu não percebi.

O Orador: Dou-lhe ainda mais dados: dos 25 aos 64 anos, os irlandeses têm 22% da população licenciada. Os gregos têm 17%.

Mas dou-lhe mais:

Só 21% da população portuguesa é que termina o ensino secundário, contra 60% de média na União Europeia...

Deputado Cabral Vieira (PS): Isso não é de hoje.

O Orador: ... e 50% na Grécia. Metade dos portugueses não acabam o secundário. Nos restantes países da União Europeia, só 20% é que não concluem o secundário.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sabe as causas disso?

O Orador: O que é que eu posso concluir? Podemos ter o maior rácio da despesa em relação ao PIB, em relação ao Plano, em relação ao Orçamento, Sr. Secretário, mas isso é pouco. Somos demasiadamente pobres para gastar tão pouco na educação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que concerne à Escola Domingos Rebelo, melhor do que o Sr. Deputado, porque tenho estado lá sempre na escola, tenho acompanhado o adiamento das obras da minha e sua escola, adiamento esse que muitas vezes passou por algumas escolas que não foram melhores do que a minha escola, eu considero que a minha escola, em termos de sala de aula, e uma escola de antes do 25 de Abril, continua a ser melhor que muitas das escolas construídas pelo PSD no passado.

Eu estive numa escola de Santa Maria este ano que não tinha uma sala que não tivesse um vidro partido,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PSD é que os partiu!

O Orador: Não foi o PSD que os partiu, mas foi o PSD que construiu aquela escola. O tipo de estrutura escolhida não foi a melhor. Reconhece-se perfeitamente que aquele tipo de estrutura satisfaz as necessidades para aumentar o ensino obrigatório, mas que não foi o melhor projecto. Tem de o reconhecer.

Nós hoje vamos investir na reconstrução dessas escolas tanto como se fosse para construir uma escola nova.

O Sr. tem que reconhecer que aquele projecto não foi o ideal para a nossa Região e foi utilizado no Nordeste, em Vila do Porto, em Santa Cruz e nas Flores. Portanto, para qualquer ilha, qualquer sítio foi o mesmo projecto.

Não foi o melhor e o Sr. tem que o reconhecer, porque hoje estão a gastar-se milhões naquelas escolas.

Sou o primeiro a dizer que a minha escola continua sem os laboratórios que devia ter, sem as oficinas que devia ter, reconhecendo que há escolas que têm mais necessidade do que a minha. Lutarei para que a minha escola, com este Governo, fique melhor no futuro. Espero que ele cumpra os seus compromissos.

Em relação às verbas gastas ou não, como eu disse há bocado, nós temos um Plano para 4 anos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um princípio.

O Orador: ... e aquilo que eu disse há bocado mantenho: quero discutir o Plano deste ano e não estou a discutir a “Carta Escolar” de há dois ou três anos, que é um documento que é importante, mas os documentos do Governo aprovados por esta Assembleia são hoje os documentos mais válidos.

Quando o Sr. Deputado pergunta onde está o dinheiro que eu disse e que esta Região tem empatado na educação, é ver a Escola da Lagoa que abriu, é ver a Escola da Povoação que reabriu depois de devidamente reestruturada para o Ensino Secundário, é ver as Escolas do 1º Ciclo do Pico da Urze, a da Horta que está em fase de acabamento, é ver as instalações desportivas da Escola da Maia.

Portanto, são investimentos que estão a ser feitos na educação e foi com este Governo que existem as maior taxas de execução, em termos de planos. O Sr. pode ir buscar os seus planos todos, mas vai verificar que é no Governo do Partido Socialista que existe o maior programa de construções escolares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

De facto, podíamos ter investido mais na educação se tivéssemos mais para investir. Houve opções que foram feitas e eu nem vou discutir a validade delas, porque já tivemos oportunidade de expor as nossas ideias sobre esse assunto, que faz parte do passado, mas, se houvesse mais dinheiro, obviamente que era possível investir mais em educação.

Relativamente a um outro assunto, que o Sr. Deputado gosta muito, que tem a ver com a dimensão das turmas, em que o Sr. fala em mais um aluno ou menos um ou dois alunos em termos médios, eu gostava de saber qual é o impacto disso em termos do conhecimento dos alunos. Explique-me quanto é que isso vale? Vou dizer-lhe por que é que lhe pergunto isso, é porque, de facto, no caso português não existem estudos sobre essa matéria, mas há uma coisa que se chama função/produção do sistema educativo, que analisei isso muito bem.

Eu sei que há países que fazem isso e ainda há bem pouco tempo, quando era aluno na Universidade de Admesterdão, na Holanda, havia uma equipa de investigação que estava a determinar, por encomenda, na altura, do governo holandês, qual devia ser não só a dimensão média da turma óptima, aquela que maximizasse o conhecimento dos alunos, mas também a distribuição da turma, que também é importante, além de contar com um conjunto de outros factores que, também influenciam, digamos assim, os conhecimentos dos alunos.

O Sr. chega ali, fala em média de mais um aluno num ano, no outro ano é menos dois, e diz que isso tem algum efeito, mas não sabe efectivamente se tem. Algum dia o Sr. Deputado quantificou isso para saber? O Sr. pega nos números, mas depois não sabe efectivamente, porque existem outros factores que são extremamente importantes ao nível da turma, tais como a distribuição e a estratificação social.

De facto, Sr. Deputado, nós não sabemos muito relativamente à dimensão das turmas. Eu não quero com isto dizer que é uma matéria sem importância, poderá ter alguma, mas nós não passamos da média. Há bocado o Sr. falou da mediana ou da mediania. Talvez melhorou, porque por vezes a mediana está acima da média. Pode ter sido bom. Há distribuições que são assim e nós já sabemos muito sobre isso. Agradecia ao Sr. Deputado Joaquim Machado, - é uma proposta que lhe faço - que das próximas vezes que trazer aqui qualquer coisa relativamente à dimensão das turmas, traga as coisas mais quantificadas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já quantifico.

O Orador: Se quantificar eu agradeço-lhe e acho muito bem que o faça.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD orgulha-se da obra que fez em termos de construções escolares como em muitos outros domínios ao longo de 20 anos.

Relativamente ao modelo de construção escolar que adoptou aqui na Região foi o modelo possível, quando não existiam verbas da União Europeia.

Se é verdade que hoje, em termos absolutos e não necessariamente em termos líquidos, há mais investimento em construções escolares, é verdade que isso se faz com muito menos esforço do orçamento regional do que se fez no tempo em que essas construções, de facto, não eram financiadas, nem o orçamento regional tinha qualquer receita, com o impacto que hoje tem as da União Europeia.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E os 7 milhões da Base das Lajes?!

O Orador: Sr. Secretário, havia a verba da Base das Lajes, só que ela não representava o que hoje representa todos os programas e todas as oportunidades que a Região - em sentido restrito a Administração Pública Regional, mas também da Administração Local e da sociedade civil,- hoje dispõe através dos fundos comunitários. Isso é inegável. Este é um bom estudo para o Sr. Deputado Cabral Vieira fazer nas suas horas vagas.

Sr. Deputado Cabral Vieira, eu não vou quantificar, mas sim qualificar, porque o vosso problema ao abordar as questões da educação, é quantificar e a educação não é uma questão de quantidade, mas sim de qualidade, de promover a qualidade, de promover a excelência.

Deputado Cabral Vieira (PS): Não foi isso que eu disse. Não tem nada ver.

O Orador: Eu, de facto, não disponho de estudos, mas fico receptivo aos seus, se os tiver, sobre o impacto da diminuição de um, de dois ou de três alunos por turma. Não tem, em termos científicos e académicos, quantificados, mas tenho eu, tem o Sr. Deputado José do Rego, têm outros deputados aqui presentes que são professores e sabem muito bem qual é a diferença entre trabalhar com 25 e com 20 alunos numa turma do 3º Ciclo, do Secundário ou do 1º Ciclo.

Deputado Cabral Vieira (PS): Já trabalhei com 200 alunos.

O Orador: Vou deixar um desafio ao Sr. Deputado Cabral Vieira que é do Sr. me trazer um estudo da área das ciências da educação e da pedagogia que aponte mais de 15 a 20 alunos por média de turma. Se os trouxer eu fico rendido aos seus argumentos. Até lá vou continuar com os meus, porque é isso que dizem todos esses autores deste domínio que recomendam sempre como turma ideal para se trabalhar entre 15 e 20 alunos por turma.

Deputado Cabral Vieira (PS): Há falta de melhor!

O Orador: Só os Srs. é que dizem exactamente o contrário. Fazem-me lembrar a tal mãe que via a parada.

Deputado Cabral Vieira (PS): O Sr. Deputado qualificou, não quantificou.

Presidente: Não há mais ninguém inscrito para intervir sobre este assunto.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 17 horas e 5 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Não havendo mais ninguém inscrito para pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado João Cunha para uma intervenção.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Período de Antes da Ordem do Dia , reservado aos assuntos de interesse para a nossa Região, não posso deixar de trazer aqui a esta tribuna, questões que me parecem pertinentes, que merecem a nossa reflexão já que da sua resolução irão beneficiar as nossas comunidades.

A primeira diz respeito ao naufrágio do navio Corvo ocorrido no Ilhéu da Praia da Graciosa em Dezembro do ano passado

Aquando desse naufrágio as grandes quantidades de combustíveis derramados foram-se espalhando para o alto mar já que a direcção dos ventos a isso levou, mas até hoje ficamos sem saber até que ponto a fauna e a flora marítima foram afectadas no local do sinistro e mesmo no Ilhéu que, como se sabe, é zona de reserva.

Na semana passada, mais propriamente no dia 17, voltaram a existir novos derrames de combustíveis, e a costa da Vila da Praia via-se luzidia mas ao mesmo tempo poluída pelo gasóleo que se libertava do Corvo que, por desleixo de uns e interesses de outros, continua no local do naufrágio.

Na verdade este derrame poder-se-ia ter evitado se se tivesse feito o necessário desmantelamento do Corvo e a respectiva limpeza, aproveitando o bom estado do mar que se fez sentir nos passados meses de Junho, Julho e até de Agosto.

Mas nada se efectuou.

É que mais derrames não podem acontecer. Anteriormente também alguém disse que não aconteceriam mais, mas foi o que se viu.

Agora até parece que se inventam desculpas como as que já vimos e ouvimos nos órgãos de comunicação social da nossa região ao dizer-se que; “não se sabia se aquela mancha de gasóleo provinha do navio... e que até bem poderia ser da limpeza do cais ou de outra coisa qualquer”, talvez estas desculpas para esconder que mais este caso resultou do naufrágio daquele barco.

Cabe então perguntar:

- Que combustíveis se derramaram e em que local que originassem uma mancha de gasóleo com aquelas dimensões?

- Quem se pretende desresponsabilizar com este tipo de afirmações e com que interesses?

Não vale a pena tapar o sol com uma peneira.

Eu, como as demais pessoas que quiseram, vimos que toda aquela mancha se desprendia dos destroços do navio e se deslocava para a costa, já que a direcção do vento soprava nesse sentido.

Se alguém acha que o belo cenário do Ilhéu da Praia fica mais bonito com os restos daquele navio ali tristemente tombados está redondamente enganado.

O Corvo não é nenhuma atracção turística e pede-se que se aproveite os dias de bom tempo que ainda possam existir neste resto de verão para se fazer, tão rápido quanto possível, o desmantelamento do navio e a necessária limpeza.

A lei simplesmente obriga a fazer-se esse tipo de trabalhos.

Há pois que cumprir com a lei e não se deve condescender nem pactuar com quem não a cumpre.

Com todo este jogo do empurra de responsabilidades que ultimamente se tem vindo a assistir, até parece que alguém está à espera que a violência do mar de inverno se encarregue de limpar os destroços que ainda ali se encontram, para se libertar dos trabalhos de desmantelamento e dos respectivos encargos financeiros.

Vou continuar no domínio do mar, sempre tão importante para a nossa economia, para me referir agora ao sector das pescas.

A questão já foi ontem aqui tratada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, e bem, e por alguns dos senhores deputados, mas nunca é demais referi-la já que pelo menos na

Ilha por onde fui eleito, está assumir foros de escândalo e traz os pescadores deveras aborrecidos.

Trata-se efectivamente da fiscalização que é feita, ou melhor dizendo, não é feita, na zona de até 3 milhas da costa, onde é proibido pescar aplicando o palangre de fundo ou de deriva, também conhecido por “trolley”.

Os pescadores, na sua grande maioria, até acham bem a legislação recentemente aprovada nesta casa, mas lamentam que não haja uma fiscalização eficiente já que, essencialmente pela calada da noite, aparecem as traineiras lançando extensos “trolleys”, dentro dessa zona proibida, sem que ninguém lhes cause o menor embaraço.

Usa-se e abusa-se desses aparelhos e em face disto nota-se uma escassez crescente de certas espécies.

Com esse tipo de aparelhos capturam-se espécies que até são protegidas, como o mero, e apenas como exemplo disso informo que um só barco capturou vinte e tal exemplares apenas num lançamento.

É pois nosso entender, e também dos pescadores, de modo especial os da pesca artesanal, que a lei está a ser cumprida por uns e desrespeitada por outros, sendo por isso de toda a conveniência que se mobilizem todos os meios para que doravante haja uma eficiente fiscalização com vista à correcta aplicação da lei.

Outro dos assuntos que aqui trago refere-se ainda às pescas, e para ser breve vou directo ao assunto interrogando o Governo Regional dos Açores, através da sua Secretaria Regional das Pescas, sobre o que se passa com os subsídios do Poseima que são devidos aos pescadores que a ele têm direito?

É que pelo menos na Ilha Graciosa, de há alguns anos a esta parte, que os ditos pescadores vêm chegar e partir navios e aviões que nunca lhes levam aquela compensação atribuída pela União Europeia.

Ou será caso para dizer que também aqui a chamada “Autonomia Cooperativa”, deste Governo Socialista, se esqueceu de cooperar?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

É o Decreto Regulamentar Regional n.º 73/88/A que obviamente regulamenta os apoios a conceder a quem faz obras de consolidação, recuperação de fachadas,

coberturas e até de elementos interiores ou exteriores, considerados de interesse excepcional, nos edifícios localizados dentro da zona classificada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/88/A, em Santa Cruz da Graciosa.

Assim os proprietários desses edifícios que façam esse tipo de obras têm direito a apoios que poderão variar entre os 75% e os 25% do valor orçamentado, ficando esse apoio dependente do despacho favorável do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura o qual é precedido do parecer favorável da Direcção Regional dos Assuntos Culturais e dos serviços competentes da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

O que diz também o citado Decreto Regulamentar é que o processamento do subsídio se fará escalonado da forma seguinte:

- a) 10% do valor global após o início da obra;
- b) 30% do valor global após o dono da obra ter despendido um terço do valor dos materiais a utilizar;
- c) 30% do valor global após o dono da obra ter despendido dois terços do valor dos materiais a utilizar;
- d) 30% com a conclusão da obra.

Tudo bem, dirão naturalmente os Senhores Deputados Sra. e Senhores Membros do Governo, mas na verdade o que se passa é que muitos dos processos estão despachados favoravelmente e até há anos, no entanto nunca receberam os devidos apoios ou receberam apenas a primeira tranche a que tem direito, isto apesar de alguns deles até já terem as obras concluídas.

Ora bem, assim sendo o que devemos dizer é que nada disto está correcto, e esses atrasos consideráveis no processamento e consequente pagamento desses apoios causam alguns problemas financeiros a alguns dos proprietários.

Ao indagarmos do porquê de tudo isto disseram-nos que se trata de falta de verbas na rubrica orçamental que contempla tais apoios.

Se assim é, julgo que estamos no tempo certo para resolver a questão já que o Governo Regional tem em preparação o Plano e respectivo Orçamento para 2002, e desde já se pede que tenha em atenção o assunto aumentando as verbas dessa rubrica afim de que os atrasos que agora se verificam sejam devidamente atendidos.

Se assim não é, gostaríamos de saber o que se passa?

Por último, e para terminar, vou referir-me aquilo que eu e a grande maioria dos Graciosenses consideram ser um atentado ao património arquitectónico de Santa Cruz da Graciosa.

É pena que, nesta altura, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não esteja presente na Sala, porque este assunto diz-lhe directamente respeito. Mais uma vez se encontra ausente.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está bem acompanhado!

O Orador: Falo da recente construção inaugurada pela EDA e que alberga os seus serviços administrativos.

Aquele “bumker”, onde o Sr. devia estar, Sr. Deputado, como alguém já lhe chamou, fere em quase tudo, a genuinidade, a beleza e a harmonia do valioso património arquitectónico daquela Vila.

Não será com obras daquelas que se preserva a homogeneidade e se valoriza o grande interesse daquele conjunto urbanístico que foi, e muito bem, classificado pelo Governo Regional dos Açores em 1988.

Não se percebe pois, como é possível ao Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, responsável máximo nesta matéria, e espero que perfeito conhecedor da beleza e do equilíbrio arquitectónico do Centro da Vila de Santa Cruz, dar confirmação a um parecer técnico, conforme estipula o artigo 5º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/88/A, que aprova a construção daquele verdadeiro “aborto” arquitectónico.

Estamos mesmo em crer que se fosse um particular a executar aquela obra ela nunca teria ido por diante sem as devidas rectificações.

Por isso, e porque a experiência também ensina que nestas coisas de obras nada é definitivo, é preciso ter a coragem de mandar rectificar aquele imóvel por forma a integrá-lo no conjunto em que se insere.

Que não falte essa coragem a quem de direito, e que não falte também um técnico capaz de dar a terapia certa aquela construção.

É pena voltar a gastar dinheiro com aquilo que poderia ter sido bem feito e de uma só vez.

Mas Santa Cruz da Graciosa merece que essa correcção se faça.

No fim de tudo isto, Sr. Sr. Deputado Francisco de Sousa, espero que V. Exa. não diga que aquilo que eu aqui referi é mentira, conforme já o fez em 9/11/1995, e passo a citar o Diário das Sessões desse dia, em que o Sr. Presidente, dando-lhe a palavra, dizia:

“Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para participar no debate.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero repetir mais uma vez nesta Casa que nós não duvidamos dos números que existem sobre o emprego. O Sr. Secretário disse que nós duvidamos. Não duvidei!

Eu fiz-lhe uma pergunta muito concreta, ou seja, se não havia aqui algumas situações de emprego precário e o Sr. respondeu que sim.

Não tive dúvidas nenhuma sobre os números e não quero suspeitar, a esse ponto, das instituições.

No entanto, é mentira o que o Sr. disse!”

O Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral, meu colega de bancada, naquela altura, espantado, obviamente, dizia: “O que é isso?!”

E o orador, que é V. Exa., respondeu: “vou repetir bem alto: é mentira o que o Sr. disse sobre o SIBR e sobre o programa de manutenção de postos de trabalho! Pela terceira vez, é mentira!”

Acabei de citar o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar dois esclarecimentos muito simples.

Em relação ao navio “Corvo”, como sabe, a responsabilidade daquele acidente não é da Junta Autónoma, mas sim da Capitania. A Capitania tem desenvolvido bastantes esforços no sentido de que o armador e a seguradora façam a remoção do navio em causa e deu um prazo limite até final do ano. Se tal ocorrer, a Capitania terá forçosamente que fazer a remoção e depois atribuir as custas a quem de direito.

Portanto, é um assunto que se tem vindo a arrastar em que o armador ou seguradora têm vindo a protelar prazos, mas a realidade é esta: não depende da Junta Autónoma, depende da Capitania.

No que diz respeito à mancha de gasóleo, a Capitania afirma que não é do navio, mas que terá sido de um bidão que se perdeu e nunca mais voltou a aparecer.

No que diz respeito ao edifício da EDA em Santa Cruz da Graciosa, nós todos temos direito a uma opinião sobre a arquitectura. Posso-lhe dizer que aquilo foi feito por um arquitecto.

O Sr. Deputado, se calhar, queria que se fizesse ali uma coisa igual àquilo que se fez há 200 anos atrás.

Quando se faz uma obra nova tem que se saber inseri-la no espaço em que a fazemos. Eu aprecio o edifício, ao contrário do senhor.

Posso-lhe dizer que há pouco tempo fizemos uma bienal do turismo em espaço rural e convidámos as pessoas mais habilitadas nesta área de arquitectura do país, que até fizeram doutoramentos nesta área e cito o José Manuel Fernandes que disse: “É um crime, num determinado local, copiar o antigo quando se está a fazer coisas novas”. Não há nenhum arquitecto que faça isso. O arquitecto pretende fazer qualquer coisa de novo, mas que seja bem inserido no local.

Há coisas mais ou menos felizes, mas eu aprecio edifício tal como está.

O Sr. não aprecia, paciência!

Aquele projecto foi feito por um arquitecto e foi devidamente aprovado de acordo com a legislação em vigor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra exactamente para referir um pouco daquilo que disse o Sr. Secretário, e penso que bem, que nestas coisas da arquitectura é como em tudo, em que existem os bons e existem os maus, ou seja, há arquitectos e há arquitectos.

Obviamente que o Sr. gosta daquela construção que foi feita em Santa Cruz da Graciosa. Eu, e referi-o na minha intervenção, não gosto e devo-lhe dizer que nesta minha posição estou acompanhado por muitos santacruzenses e muitos graciosenses. Infelizmente, a verdade é esta.

Mas mais:

Eu trabalhei com alguns arquitectos, embora com poucos, e tive a felicidade ou infelicidade de ver que entre essa gente raramente acontecem opiniões concordantes.

Entre essa classe, raramente dois se põem de acordo. Infelizmente constatei isto.

O que é certo é que, e aplicando aquilo que o Sr. disse e referiu, o arquitecto que projectou aquele edifício para aquele local – e não o quero desvalorizar de maneira nenhuma – não foi feliz, porque construiu aquilo que parece um caixote, apenas rasgado nas entradas que era preciso fazer, nem se soube integrar no meio para onde estava a projectar, que nem sequer o tecto é adequado à zona envolvente. Esta é a minha opinião.

Posso estar errado, mas parece-me que tenho um pouco mais da consciência de que aquele imóvel não está devidamente adequado à zona onde está implantado. Desta opinião, volto a repetir, comungam muitos, a grande maioria dos graciosenses.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para prestar dois esclarecimentos ao Sr. Deputado João Cunha.

Um tem a ver com o naufrágio do navio “Corvo”.

Quando acontece um naufrágio a responsabilidade da remoção dos destroços é sempre do armador, excepto nas circunstâncias em que essa responsabilidade tenha sido anteriormente transferida para a seguradora, através do contrato de seguro.

Neste caso do navio “Corvo” é exactamente isso que acontece. Essa responsabilidade estava transferida para o P.I. pelo contrato de seguro existente naquela data e é essa companhia de seguros que tem a responsabilidade de remover dali os destroços.

Em Maio um grupo de peritos estrangeiros vistoriou os destroços e concluiu pela inexistência de quaisquer riscos em termos de derrames de combustível e porquê? Porque todos os tanques de aguada e lastro, quer os tanques de combustível estavam rotos, em consequência do naufrágio e dos temporais que a seguir aconteceram e, portanto, não havia nenhum combustível a bordo.

Aliás, posteriormente a autoridade marítima, e não a autoridade portuária, como disse o Sr. Secretário, terá confirmado que efectivamente aquilo não seria um derrame do navio “Corvo”. Sobre isso não me quero pronunciar, porque não vi e não sei.

O relatório desses peritos diz também uma coisa, que é perfeitamente normal e que acontece com frequência, que tem a ver com alguns dos destroços que entretanto deslizaram para zonas mais fundas, neste momento servem de protecção e de habitat a muitas espécies. Aliás, o processo comum utilizado em todo o mundo é o afundamento de navios, na fase final da sua vida útil, depois de devidamente preparados para isso, em determinadas zonas, exactamente para criar zonas de protecção a espécies marinhas.

Relativamente a uma outra questão levantada pelo Sr. Deputado, que tem a ver com a pesca dentro das 3 milhas com a utilização do “long line” vulgo “troy”, isso já ontem foi falado aqui e é uma questão importante e preocupante. Isso é efectivamente verdade, é verdade na Graciosa e é verdade em outros sítios.

Eu tenho constatado ao longo destes meses que na zona da Ponta da Ilha, no Pico, que é uma das zonas mais ricas em termos de espécies marinhas na Região, que não só pequenas embarcações, as chamadas embarcações de boca aberta, continuam a fazê-lo. Felizmente que não são muitas, porque os pescadores têm consciência que se estão a penalizar a eles próprios e a empenhar o futuro ao fazerem isso, mas algumas continuam a utilizar essas artes dentro das 3 milhas.

Também é verdade que embarcações cabinadas de grande porte também o estão a fazer dentro das 3 milhas. Isto tem que ser visto e fiscalizado e tem que ser controlado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra também para que possa dar resposta àquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Economia e que se refere à questão do gasóleo espalhado, e que o Sr. Deputado Lizuarte Machado também referiu, no dia 17 e que apareceu com uma grande mancha.

Em relação a esse mergulho, se ele se fez - eu por acaso até desconhecia - a verdade dos factos é que se concluíram assim, concluíram mal, porque o que é um facto é que no dia 17, fez segunda-feira passada oito dias, apareceu uma grande mancha de gasóleo que provinha daquele barco e disso não há dúvidas absolutamente nenhuma.

A Sra. Coordenadora do Ambiente na Graciosa, penso que é assim que se chama, já teve a oportunidade de dizer que não há absolutamente dúvidas nenhuma de que o gasóleo provém daquele barco.

Se se chegou a essa conclusão nesse mergulho, o que é facto é que foi uma conclusão muito mal tirada.

O Sr. falou aí sobre o que diz a lei relativamente aos desmantelamentos quando acontecem naufrágios, o que é preciso é que se deixe, como se tem andado ultimamente a fazer, de arranjar burocracias, impecilhos, de empurrar de “Pilatos para Caifás” e que se faça a devida limpeza dos destroços daquele navio, até porque, conforme eu disse na minha intervenção, onde ele está não é nenhuma mais valia para a ilha Graciosa.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que ficasse claro que não estive aqui a fazer a defesa do relatório. Não fui eu que o elaborei e, portanto, não sou responsável pelas suas conclusões. Limitei-me a prestar essa informação à Câmara e nada mais.

Deputado João Cunha (PSD): Eu também não disse isso, de maneira nenhuma!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o início da nossa Autonomia que a visita oficial do Governo Regional às Ilhas onde não existem Secretarias Regionais foi sempre um momento importante para essas Ilhas, na medida em que os membros do governo podiam pessoalmente aperceber-se das realidades locais, e por parte das populações havia sempre a esperança, muito frequentemente iludida, que do Conselho do Governo podiam sair decisões com importância para o desenvolvimento local; apesar das desilusões por que passaram, ano após ano, as populações dessas Ilhas, continuam a dar muita importância à visita que anualmente o Estatuto Político-Administrativo impõe aos Governos Regionais.

Faz hoje oito dias que o Governo Regional iniciou a sua visita estatutária às Flores; mais uma vez as decisões tomadas em relação à Ilha foram uma desilusão para todos os que podiam esperar qualquer decisão com alguma importância.

Não havia obras para inaugurar e nem tão pouco foi colocada uma primeira pedra, como no passado fazia o Dr. Mota Amaral...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E bem!

Deputado Mark Marques (PSD): E muito bem!

O Orador: ... e os seus Governos, quando se encontrava nas condições do actual Governo em relação às Flores; o Governo Regional apresentou publicamente os ante-projectos da futura aerogare e das futuras instalações do Clube Naval das Lajes, mas ninguém esqueceu ainda que, há dois anos, o VII Governo Regional também apresentou publicamente o ante-projecto do porto de recreio das Lajes, o qual ainda só existe no papel. O actual Governo afirma que o vai fazer, mas 2 anos entre a apresentação do ante-projecto e a não existência de projecto lançado a concurso é tempo demasiado. Pena foi que quando o Senhor Secretário Regional da Economia

esteve no Porto das Flores, não estivesse a varar qualquer barco de pesca para que ele pudesse apreciar as dificuldades que existem numa rampa de varagem sem quaisquer condições, como aliás acontece nas outras rampas de varagem dos portos de pesca das Flores; também foi pena que os membros do Governo não tivessem apreciado o Porto, à noite, para verificarem que ele continua às escuras como foi deixado pelo governo do PSD.

Quanto às estradas regionais, continuam como dantes, ou seja, têm o piso que tinham na década de 70, à excepção das pontes construídas no início do mandato do Governo anterior em função das calamidades que ocorreram e à recta das Lajes feita com tapete betuminoso, também pelo VII Governo, devido à degradação provocada pelas obras do porto; nos últimos anos, durante o Verão, ainda se via melhorar algum piso aqui ou acolá, mas este ano tão somente se taparam, e mal, os buracos maiores.

Quanto às estradas agro-silvo-pecuárias em nenhuma foi feita pavimentação betuminosa e mesmo naquelas onde, durante o Verão, foram executadas obras de conservação, agora que as chuvas fortes começaram, encontram-se ao abandono; não compreendemos por que razão após as chuvadas intensas não passam por essas estradas trabalhadores dos Serviços Florestais a fim de remediar os prejuízos verificados e impedir que a degradação se acentue; também não compreendemos que esses serviços, estando a fazer uma intervenção numa estrada, construindo valetas, abandonaram o trabalho há mês e meio, deixando estacas de ferro, tábuas e equipamento, à espera que seja colocado o material, situação que dura, repito, há mês e meio, com a agravante dessas estacas de ferro porem em perigo, principalmente durante a noite, as viaturas que circulam nessa estrada. Também não compreendemos que a estrada da volta da Ilha – troço Morro Alto – Lombas – continue sem ser concluída apesar de numa visita do VII Governo Regional às Flores ter-se apreciado o projecto em execução. Mas ainda é mais difícil compreender que há meses esses Serviços funcionem sem Chefe de Divisão, por se ter demitido o Técnico Superior que exercia essas funções, e ainda não ter sido nomeado quem quer que seja para exercer, naqueles Serviços, as funções de Chefe de Divisão. Ou seja, nas Flores os Serviços Florestais funcionam em autogestão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional sabe que a Região é proprietária dos terrenos onde a SOMAGUE instalou o estaleiro de construção do Porto das Flores; o Senhor Presidente da Câmara Municipal das Lajes pretende-os para construir aquilo que ele designa por “mini campo de Golfe” e o Governo Regional afirma que os pretende ceder à Associação Agrícola das Flores. Mas, a realidade é que esse espaço está ao abandono, tendo--se transformado numa lixeira, mesmo à saída da Vila das Lajes. No comunicado do Governo esta matéria não foi tratada e permitam-me que acredite que essa nova lixeira não será selada nos próximos tempos, assim como vamos continuar com os cheiros nauseabundos provenientes daquilo que devia ser a ETAR da fábrica de lacticínios e do matadouro e afinal é um foco pestilento de maus cheiros, sem solução encontrada até ao presente.

Durante esta visita do Governo Regional não se avançou no sentido de se encontrar solução, no futuro, para o abastecimento da Ilha com areia para a construção civil.

Após esta visita do Governo, a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores aguarda ser informada sobre a tipologia da Casa de Repouso para a 3ª Idade que o Governo Regional se dispõe a compartilhar de acordo com o que está previsto no PMP e no Plano para o corrente ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção tão somente resolvi referir-me à visita oficial do Governo Regional às Flores e apenas dei alguns exemplos, de entre muitos, de anomalias que urge corrigir. Quero terminar chamando a atenção para a necessidade do Governo Regional fazer chegar à Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores as transferências em falta, provenientes dos fundos comunitários referentes às obras efectuadas e já fechadas e que, incluindo os trabalhos a mais, se cifram em 107 mil contos. Julgamos que é urgente fazerem-se todos os esforços necessários no sentido daquela Câmara Municipal poder continuar a funcionar com regularidade, o que passa pela transferência urgente de algumas daquelas verbas.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias que antecederam a segunda semana de Setembro intensificou-se o alvoroço à volta da abertura de um novo ano lectivo. Como todos sabemos, uns por experiência própria, outros por alheia, esta é a altura do ano mais propícia a modificações na vida dos estudantes desta Região. Alunos de todas as idades voltam ao seu trabalho, o mesmo será dizer, à escola. Em ranchos barulhentos, solitários ou pela mão de mães atentas os meninos destas ilhas, como os de todo o país, regressam à escola. Mas que escola os espera e que ensino vão ter? Quantos destes meninos saberão as convulsões de que sofre a escola que agora os recebe? Que expectativas poderão ter os pais destas crianças sobre o mundo em que agora as legam?

Segundo a opinião insidiosa que a imprensa se encarrega de divulgar poucas. De acordo com a perspectiva catastrófica da oposição regional nenhuma. Coniventes na denúncia da catástrofe, parceiros no lamento torpe do holocausto educacional que entendem verificar-se na Região, estes seres proféticos desenham a escola e o ensino regional como um mundo macabro, pronto a devorar crianças desprevenidas; encenam cenas patéticas, ao bom estilo da tragédia, comparecendo lugubrememente em descampados onde se deveriam erguer escolas, cuja virtualidade denunciam e por cujo atraso culpam eternamente o Governo. De memória curta e ânimo leve esquecem-se das promessas que, enquanto governo, deixaram por cumprir e empolam aquilo que consideram menos bem, insuflando as dificuldades, e renunciando um descabro que existe somente nas suas mentes, incapazes de reconhecer o mérito alheio, excessivamente empenhadas na crítica pela crítica e estritamente compenetradas na denúncia, mesmo que do irrisório ou do ínfimo.

Na verdade a abertura deste novo ano lectivo revestiu-se de diversas dificuldades e viu-se, também por isso, envolta em alguma perturbação. Trouxe consigo o estigma previsivelmente assustador de uma reorganização curricular. Trouxe consigo a implementação desta em escolas que tiveram de, simultaneamente, albergar o 2º e o 3º Ciclos em regimes distintos. Trouxe consigo a infeliz coincidência de uma conjuntura económica desfavorável, que veio encurtar ligeiramente a margem de

gestão das escolas. Acresce a todas estas razões o facto da abertura de qualquer ano lectivo se revestir sempre de um enquadramento melindroso, derivado das mudanças estruturais com que as escolas têm de se defrontar: colocação de novos professores, chegada de novos alunos, adaptação dos docentes e dos alunos aos novos horários, dos primeiros às novas turmas e dos últimos aos novos docentes. Situações naturalmente propiciadoras de perturbação que no primeiro mês se resolvem, normalmente por completo. Neste contexto não será difícil percebermos que a abertura deste novo ano lectivo se tenha revestido de uma certa apreensão, denunciada por um sentimento compreensível de desconfiança e pelo receio da precipitação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na abertura deste novo ano lectivo segui atentamente as mais diversas opiniões que a comunicação social se encarregou de difundir; constatei a reacção dos sindicatos, da oposição e dos formadores de opinião. Concordei com eles no previsível impacto que a reorganização curricular traria às escolas do Ensino Básico; corroborei o seu entendimento acerca da desconfiança que este processo geraria; aceitei os transtornos a que certas escolas se sujeitariam ao verem-se obrigadas a funcionar em regime de dispersão por vários edifícios. Porém, o que não aceito, o que não posso aceitar, é que insistam em falar em cenário de crise declarada, de calamidade, ou de catástrofe no panorama educativo regional. Quem fala assim não pode prezar o rigor informativo nem a verdade dos factos. Quem fala assim só pode viver no domínio especulativo, na vertigem da catástrofe e, eles sim, e não as nossas escolas – felizmente – no limiar da tragédia.

Confrontada com estes dados passei ao procedimento que me pareceu mais correcto e sensato: o conhecimento da realidade, falando com as pessoas que a vivem por dentro, e que, por isso, a sentem, e que dela sofrem directamente as consequências. Efectuei contactos assíduos com entidades responsáveis na área educativa, pedindo-lhes a sua opinião autêntica sobre o decurso dos acontecimentos. Espantosamente, deparei com uma versão semelhante e em muitos aspectos unânime entre todos eles, porém, devo confessar que bastante afastada do cenário que descreve a oposição e

que empola a comunicação social. Todos coincidiram no levantamento de irregularidades pontuais verificadas na abertura deste ano lectivo; mas, surpreendentemente, muitos destes responsáveis mostraram-se espantados com a normalidade e a tranquilidade que reinava entre a classe docente e dentro das próprias escolas. A estranheza – justificavam eles – derivava desta abertura coincidir precisamente com a primeira fase da implementação da reorganização curricular, que se esperava trouxesse um clima de conflito e grande agitação. Contudo, aquilo com que se defrontaram, o ambiente que muitos me descreveram coincidia com o vivido em anos anteriores, e assentava numa serenidade inesperada, mas bem-vinda, e que, para minha surpresa, se revelou extensiva a quase todos os estabelecimentos de ensino e áreas escolares. O que a abertura deste ano lectivo trouxe coincidiu com aquilo que em anos transactos já se havia verificado: ausência pontual de alguns professores, a dificuldade de preencher um determinado grupo disciplinar, o descontentamento de alguns professores com o horário atribuído. Tendo-se revelado impossível fazer coincidir aquilo que lera nos jornais com a realidade então verificada; sendo impossível rever em qualquer destas escolas o clima apocalíptico que a oposição apregoa e que a imprensa promove.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizia eu, no início desta intervenção, que a abertura deste ano lectivo se poderia considerar envolta num contexto caracterizado pela desconfiança e pela precipitação. Desconfiança gerada pela implementação da primeira fase da Reorganização Curricular. Precipitação pela aparente antecipação da abertura do ano lectivo.

A desconfiança que, inicialmente, se verificou existir entre a classe docente no ano lectivo de 2001/2002 não diferiu, substancialmente, da gerada pela Reforma Curricular de 1990/1991. Também naquela altura todos se questionaram sobre os procedimentos a adoptar, sobre as alterações a introduzir, sobre o seu papel como docentes; também, então, surgiu entre estes um sentimento explícito de insegurança por aquilo com que se defrontavam. Trata-se, sobretudo, da relutância humana frente àquilo que a surpreende, e que, aparentemente, a compromete, pelo inusitado de que se reveste e pela novidade que acarreta. A nada mais corresponde que às dúvidas que

assolam os docentes quando se vêem confrontados com a emergência daquilo que não constitui a sua prática quotidiana. Trata-se, afinal, da alteração de procedimentos adoptados durante sucessivos anos lectivos, o que despoleta o receio mais do que natural da incapacidade, a iminência da falha, capaz de promover a insegurança que subjaz a toda e qualquer mudança. Porém, e surpreendentemente, a desconfiança inicial converteu-se num clima de maior serenidade, à medida que os docentes se foram apercebendo de que se tratava, sobretudo, da alteração dos seus procedimentos lectivos e não de conteúdos, e muitos daqueles com quem falei se revelavam já receptivos à nova realidade, envolvidos na sua aplicação, entusiasmados com os resultados previsíveis.

Os paladinos da catástrofe anunciaram e reiteraram a precipitação na abertura do ano lectivo, confundindo o que não é manifestamente confundível. A decisão de que as aulas começassem entre 11 e 17 de Setembro correspondeu a um objectivo de rigor e adoptou um carácter de seriedade. Como sabemos, as escolas encerraram há mais de dois meses para férias, cabe-lhes completar 180 dias de leccionação efectiva, com o fim das férias muitos pais regressaram aos seus empregos e sentem a necessidade dos filhos voltarem às escolas. Faz, por isso, todo o sentido que as escolas iniciem o seu funcionamento de forma atempada, dando resposta a necessidades educativas e mesmo sociais. E parece-me sobejamente ridículo que a oposição critique as datas de abertura do novo ano lectivo quando, inversamente, deveria elogiá-las. Felizmente, as escolas perceberam que esta medida promovia a rentabilização lectiva, e aceitaram-na também com alguma serenidade, chegando mesmo a revelar estar preparadas, mesmo antes da data prevista, para o arranque do ano lectivo; beneficiando não apenas os docentes que se vêem confrontados com programas para cumprir, como os alunos que vêem a sua actividade lectiva rentabilizada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na abertura deste ano lectivo que se previa conturbada, aquilo a que assisto, confesso, com algum espanto, é a um clima de tranquilidade nesta matéria. Todas as situações anómalas verificadas nas escolas com que contactei não se prendem com as alterações curriculares, nem com o difícil acerto dos horários, nem com os toques

de entrada, nem sequer com a convivência da implementação curricular no 2º Ciclo em escolas em que se lecciona também o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Espanta-me ainda mais que, ao conversar com os meus colegas, apesar do receio inicial, sintam agora um optimismo maior do que quando leio os jornais ou ouço as declarações da oposição. Surpreende-me que ao conversar com alguns pais reconheça nas suas afirmações a serenidade que os torna, tal como eu, incapazes de fazer coincidir a realidade que os filhos vivenciam na escola com aquela que transparece das páginas dos jornais. Satisfaz-me reconhecer entre os alunos um clima de completa normalidade e mesmo de optimismo. Afinal, o que nos ocupa: a verdade dos factos ou a tentação da ficção? O que quer a oposição mostrar aos açorianos, o seu trabalho legítimo de denúncia da realidade ou o seu poder de efabulação? Esquece-se que, hoje, os açorianos amadureceram e possuem um espírito crítico peculiar que lhes permite ajuizar sobre as atitudes dos responsáveis governativos, e que, por isso, dispensam as vozes da desgraça, e preterem de bom grado os cenários apocalípticos que a oposição insiste em reiterar. Como em tudo, os factos falam por si e a ficção, mesmo quando se trata de boa ficção, nunca corresponde integralmente à realidade. Pode partilhar da sua essência, mas em tudo o mais dela se distancia, sobre ela efabula e, muitas das vezes, nela instila a deturpação. E a deturpação, qualquer deturpação, não passa, neste caso, de um exemplo de má ficção.

Fiquemo-nos pois pela realidade. Esta credível e fidedigna. Surpreendentemente mais calma e estável. Junto de grande parte dos responsáveis educativos que vos falarão de normalidade, junto de muitos docentes que vos garantirão estabilidade, junto dos alunos que, lentamente, voltam à sua vida normal. Convictos de que o mundo a que agora regressam coincide com aquele que haviam deixado, e é, por isso, capaz de lhes garantir uma tranquilidade conivente com a estação que agora abandonam - a da tepidez e da calma.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tenho que lhe dizer que a sua intervenção começa a padecer do problema dos socialistas. À medida que vai passando o tempo, vai piorando e, de facto, esta sua intervenção teve menos brilho do que algumas que já aqui fez.

Por outro lado, foi tardia, pouco estimuladora e sedativa. Pareceu um Prosac.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Ou Xanax!

O Orador: De facto, parece-me pouco rigoroso vir aqui dizer que é a comunicação social que empola, que é insidiosa e que tem vozes proféticas.

Acaso será mentira que os professores acusam que a educação nos Açores é um caos? Foi a comunicação social que disse que os professores partem para férias do caos e assim por diante?

Por acaso não é o “Correio dos Açores” que V. Exas. parece que... e folgo muito, porque isso representa, de facto, um acto de admiração para com um dos paladinos da nossa segunda autonomia. Isto é para quem sabe um bocadinho de história.

Eu vou ler o que disse um camarada seu.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Por amor de Deus não vai ler isso outra vez?!

O Orador: Vou ler a outra parte, porque esse vosso camarada disse muito mais do que aquilo que aqui reproduziu.

Na carta aberta dirigida ao Sr. Secretário da Educação diz qualquer coisa como isto: “Tem consciência, Sr. Secretário, do desassossego que graça na classe docente neste início de ano lectivo em que, sem qualquer tipo de apoio, são lançados nas salas de aula e nas escolas, para dar corpo a uma reforma curricular que, para muitos

professores, só é conhecida pelas notícias da comunicação social e pelas conversas dos amigos e colegas?” É um antigo deputado do Partido Socialista a dizê-lo. Será essa uma voz profética?!

Mas, mais:

Antes que seja notícia e que a comunicação social seja acusada de insidiosa e de empolar, eu resolvi então dar a notícia de que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, esta tarde, aprovou por unanimidade uma moção, - incluindo os camaradas seus do Partido Socialista que também aprovaram essa moção – exigindo ao Governo Regional a adopção de medidas urgentes, e vou citar o texto da própria moção, “para ultrapassar a instabilidade que se vive no arranque do ano escolar”.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Isso é a imprensa.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): São vozes proféticas!

O Orador: Podem ser vozes proféticas, Sra. Deputada, mas eu atrevo-me a dizer que são vozes de consciências acertadas, mesmo sendo do Partido Socialista de Ponta Delgada.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Por acaso foi a comunicação social que empolou ou que insidiosamente fez os cortes nos orçamentos das escolas? Que pôs lá menos professores? Que deixou os professores sem formação, com o plano de formação suspenso, sem qualquer formação para a revisão curricular?

Por acaso foi a comunicação social que deixou os alunos da Graciosa sem refeições, porque não repararam a cantina?

Por acaso foi a comunicação social que pôs de acordo o Sr. Secretário da Educação com a Sra. Secretária dos Assuntos Sociais sobre as instalações para os alunos da Relva?

Por acaso foi a comunicação social que impediu que os alunos do Livramento utilizassem o transporte até à Escola Canto da Maia?

Por acaso foi a comunicação social que não pôs mais professores na secção da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros, nas Furnas, porque a Secretaria das Finanças não responde desde Julho?

Por acaso foi a comunicação social que cancelou um concurso público para a reparação da Escola de S. Pedro de Ponta Delgada?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por acaso foi a comunicação social que pediu o Secretário Regional da Educação da Madeira?

Sra. Deputada, a Sra. não vive nesta Região.

Tenho de lhe dizer que foi injusta com a comunicação social.

A sua intervenção teve menos brilho, pecou por ser tardia, foi pouco estimulante e foi um sedativo que só vai tirar algumas dores de cabeça ao Sr. Secretário da Educação.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Secretário fugiu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, eu já tinha a ideia que a Sra. Deputada iria intervir, porque o Sr. Secretário da Educação há pouco fez um pré-anúncio de que haveria deputados da bancada socialista que iriam intervir sobre este tema e naturalmente que, dentro dos deputados da bancada socialista, seria de esperar que uma interventora deste tema fosse a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Estava com alguma expectativa e curiosidade, pese embora o facto de no intervalo um amigo meu me ter chamado à atenção para eu eventualmente, durante todo o longo e repetitivo debate sobre educação, estar com um ar um pouco ausente, ou aparentemente entediado, mas estava com atenção, em ouvir a sua intervenção, porque esperava que ela fugisse a uma situação de dicotomia que é muito fácil, mas que é muito pouco esclarecedora. Eu explico: a Sra. Deputada acusa a oposição e não as consideradas oposições, com as suas diferenças que as têm, obviamente, acusa a oposição de ser catastrófica e para fazer essa acusação caíu num ponto oposto e foi glorificadora. Portanto, foi, ao contrário do catastrofismo, passando a ser a crítica, referindo apenas muito de passagem as anomalias.

Ora, todos sabemos pela comunicação social, pela observação directa, pelo contacto com os pais, pelo contacto com os professores e pelas declarações de responsáveis a muitos níveis, nomeadamente pelas declarações da Presidente do Sindicato dos Professores dos Açores, que não há razões para haver glorificação, não há razões para haver este contraponto que foi feito.

A questão concreta que lhe queria colocar era no sentido de tentar arrancar o debate destes dois pólos, em que um diz: “somos os melhores”, outros dizem: “são os piores”. Queria, se o entender fazer, um comentário da Sra. Deputada sobre as recentes declarações da Sra. Presidente do Sindicato dos Professores dos Açores, sobre este tema e sobre o funcionamento e perspectivas do sistema escolar, neste momento, na Região Autónoma.

Estas declarações foram públicas muito recentemente. Com certeza que as conhece e gostava muito de ouvir um comentário seu sobre elas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Não me surpreende que as suas declarações acerca da minha intervenção tenham sido deste teor.

A minha intervenção não veio – já agora apontando um pouco na direcção da questão colocada pelo Sr. Deputado José Decq Mota – ou pelo menos não pretendi que viesse no sentido de glorificar o Governo do Partido Socialista. Se possivelmente caí neste erro, deveria ter tentado evitá-lo, porque não era esse o meu intuito.

De facto, ao nível da educação há problemas como, aliás, já foram hoje sobejamente debatidos aqui. Há questões menos bem, mas parece-me, e foi sobre isso que incidiu a minha intervenção, que a oposição e particularmente o PSD – e foi a essa oposição que me referi e não concretamente à comunicação social, embora o Sr. Deputado tenha feito o favor de a empolar - tem tratado o assunto com excessivo aproveitamento e isso também não traz o bem do nosso sistema de ensino.

Parece-me que não é esta a forma correcta de fazer política, porque aquilo que descrevi na minha intervenção foi exactamente o que constatei na realidade.

Eu leio assiduamente os jornais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Sra. não vive cá!

A Oradora: Vivo, sim senhor. O Sr. já acusou colegas meus de bancada de não viverem, mas eu, pelo menos, sou natural dos Açores, sou angrense e vivo cá. Fica-lhe muito mal esse provincianismo, chamar-lhe-ia assim.

Continuando o que estava a dizer, o Sr. fez o favor de me recordar, repetindo a citação que já tinha tido o desprazer de ouvir na sua intervenção e mais duas ou três vezes que o Sr. repetiu e julgo que não fica bem, não só a si, mas a nenhum deputado desta Casa, permanentemente citar, sejam antigos deputados do Partido Socialista, sejam antigos deputados do Partido Social Democrata. Parece-me que é uma atitude exagerada da sua parte, mas isso fica ao seu critério.

O que gostava de lhe dizer é que, já que citou um deputado do Partido Socialista, eu também citaria uma pessoa muito relacionada com a área do PSD.

Hoje, em declaração à rádio, o Eng^o Ângelo Correia, comentando a posição e a atitude de Durão Barroso, dizia que lamentava que a atitude do PSD, recentemente, se pautasse pelo abjecto, pelo pequeno, pela questiúncula, pela questãozinha, pelo

quase mexerico, quase querendo “enriçar”, como se diz na minha terra. É isso que o Sr. tem trazido para aqui, ou seja, é a falta de duas telhas numa escola, falta as torneiras na outra. Ora, isso não traz qualquer vantagem ao nosso sistema de ensino.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PSD e do PS)

A Oradora: Sr. Presidente, posso continua?

Presidente: Pode continuar e agradecia que concluísse o seu raciocínio

A Oradora: Concluo já, Sr. Presidente.

O que lhe quero dizer é que a vossa política é lamentavelmente dominada pela questão pequena e não é isso que, de facto, faz evoluir.

O nosso sistema de ensino tem falhas. Como sabem saiu o ranking em que vimos a ordenação das escolas e notamos que, de facto, tem falhas, não o açoriano em particular, mas o nacional em geral.

Portanto, como já foi referido era importante repensar este sistema de ensino, e não é com a questão das telhas que faltam na escola, nem com a escola que era para ter sido inaugurada em Setembro e foi em Outubro, mas sim com as questões de fundo, com as questões que nos devem preocupar e que, por enquanto, não nos têm preocupado.

Em resposta ao que disse o Sr. Deputado José Decq Mota, eu fico muito lisonjeada que tenha estado atento à minha intervenção e lamento que esperasse uma coisa que ela não foi, porque, de facto, como já tive oportunidade de dizer, não era essa a minha intenção. Não era de forma nenhuma glorificar o Governo Socialista, por oposição, nesse manicaísmo redutor. Não era de facto.

A educação regional tem sérios problemas, que hoje já foram aqui debatidos, que têm sido ventilados por todos os agentes educativos.

O que eu quis transmitir foi apenas que, em relação ao ambiente que encontrei nas escolas quando lá cheguei, quando me confrontei com antigos alunos, com colegas,

com pessoas responsáveis pelas áreas escolares, responsáveis pelas escolas, não coincide, pelo menos, no grau de catástrofe como aquele que veio descrito nos jornais. Não sei se a culpa é da comunicação social que, de facto, me parece empolá-lo, se é da oposição que se atém demasiado a essas questões numa proporção que elas não têm.

Continuando naquilo que dizia o Sr. Deputado José Decq Mota, em relação às declarações da Sra. Presidente do Sindicato, é preocupante que tenha havido uma redução, por exemplo, nos professores de apoio, mas essa redução justifica-se no âmbito da conjuntura menos favorável em que vivemos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem! Está a começar a vir ao de cima!

A Oradora: De facto, não podemos querer ter, como o povo diz “Sol na eira e chuva no nabal” e se temos que aumentar em algum lado, temos que cortar noutro.

Portanto, eu não estou de acordo em que se corte na educação. Ainda hoje nesta Casa o Sr. Secretário disse que se mais tivesse... e acredito nas palavras que ele disse, porque, de facto, em termos de gestão educativa numa tivemos uma pessoa que tivesse feito tanto pela educação nos Açores...

Deputado João Cunha (PSD): Vai ter uma estátua!

A Oradora: ...e o Sr. Secretário disse hoje nesta Sala que ficaria muito contente se pudesse investir e fazer mais. O Sr. Deputado Cabral Vieira reafirmou isso.

A nossa vontade seria sempre investir mais, mas temos que contar com o que temos e como diz a sabedoria popular, “Não vás sapateiro além da chinela”.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Esse é o vosso grande problema!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para esclarecer o Sr. Deputado Joaquim Machado acerca do funcionamento da cantina da EB-2,3 da Graciosa.

A responsabilidade é da firma que lá esteve a fazer a obra.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Eu sei que é!

O Orador: É da firma, Sr. Deputado, que quando chegou lá não tinha todos os materiais que precisava para fazer o trabalho.

Esperamos que dentro das próximas duas ou três semanas isso seja resolvido.

Também é preciso explicar que estamos a falar da 2,3 e da EB/JI de Santa Cruz, porque as outras 7 escolas da ilha, os miúdos já têm as suas refeições ao meio dia. Aliás, na Graciosa de há dois ou três anos a esta parte, todas as escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância estão cobertos com refeições completas, porque o Conselho Executivo fez protocolos com as Santas Casas da Misericórdia para que fossem fornecidas refeições completas.

Portanto, estamos aqui a falar apenas da 2,3 e da EB/JI de Santa Cruz. Estamos a falar duma parte que representa mais de 50% e temos que ter em conta isso. Esperamos que dentro de duas a três semanas isto esteja resolvido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais uma explicação que não foi dada na intervenção anterior, na sequência das alusões feitas pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

O Sindicato dos Professores dos Açores, ao qual eu não pertenço e muito menos tenho qualquer mandato para fazer a respectiva defesa, em tempos foi presidido por um senhor que tem ficha de militante no Partido Socialista.

Vou-lhe dizer, com autorização do Secretário-Geral do meu partido, que a Dra. Fátima Garcia que preside àquele Sindicato não é militante do PSD. Sobre isso estamos esclarecidos.

Percebo também o seu incómodo...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não me incomoda nada!

O Orador: ... relativamente a algumas reproduções que aqui tenho feito de posições públicas de antigos Srs. Deputados, dos Vogais da Assembleia Municipal de Ponta Delgada de hoje mesmo, porque isto, de facto, incomoda-vos muito e incomoda, porque vai de encontro às críticas sérias, justas e objectivas que temos feito da situação do ensino na Região.

Sra. Deputada, fica-lhe bem citar o Sr. Eng^o e companheiro do PSD, Ângelo Correia, ...

Deputado José San-Bento (PS): Seu camarada!

O Orador: ... mas a si, como professora, exige-se que tivesse interpretado devidamente as declarações do Sr. Eng^o. Ângelo Correia, porque o que ele, de facto, disse foi que o PSD não se pode limitar a criticar, tem de apresentar soluções e é isso que nós temos feito. Tanto assim é que já ontem apresentámos aqui e à opinião pública uma Proposta de Resolução contendo medidas para aumentar a qualidade do ensino nos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós como partido de alternativa, como partido da oposição responsável, não nos limitamos a criticar. Criticamos por muito que isso vos custe, mas também apresentamos propostas e elas vão crescer, porque à medida que nos aproximarmos do ano 2004, mais consistente será o nosso projecto para os Açores e, portanto, isso dará lugar a muitas mais propostas.

Mas, digo-lhe também que fez uma avaliação muito errada do que aqui se passou hoje, porque quem andou com ninharias não foi ninguém da bancada do PSD. Os

vidros partiram-se aí! Outros tostões foram aí referidos como sendo o maior investimento de sempre na educação.

Por acaso são ninharias falar do desemprego de centenas de professores? Isto é ou não é um problema estrutural do nosso sistema educativo? Falar duma revisão curricular que se iniciou sem qualquer orientação, é ou não é estrutural do sistema educativo da Região? Falar duma formação dos professores que não foi feita este ano, porque a Secretaria suspendeu todo o programa, é ou não é falar duma questão fundamental para o nosso sistema educativo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Vou terminar Sr. Presidente.

É ou não é fundamental falar-se da situação dos Açores que é o 18º lugar em 20 possíveis, no País, ao nível do 12º ano, como ainda hoje aqui referi e ontem fi-lo ali daquela tribuna? São ou não são questões importantes do sistema educativo? Serão questões menores? Oxalá que fossem questões menores, porque se essas, de facto, fossem menores, significaria que todo o resto estaria resolvido. Infelizmente, mais para os nossos filhos do que para si, esses assuntos estão muito longe de serem resolvidos.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para, muito brevemente, esclarecer um ponto, em relação ao Sr. Deputado Joaquim Machado que aqui, de forma recorrente e permanente, faz citações de camaradas meus, seguramente, de pessoas que fazem parte do PS, e

quero esclarecer, Sr. Deputado, que o PS é um partido de participação é um partido de tolerância e é um partido onde não existe delito de opinião.

O Sr. pretende estabelecer aqui um paralelismo entre opiniões soltas de militantes e de ilustres socialistas que exerceram funções nesta Assembleia e que a dignificaram e que agora têm as suas opiniões, as suas divergências, têm os seus conceitos próprios sobre os problemas complexos da educação, tentando com isso vincular este Grupo Parlamentar a essas opiniões de pessoas que agora têm outras perspectivas, têm outro posicionamento e que nós respeitamos. O PS é, por isso, um partido de liberdade, de tolerância e de participação dos seus militantes. O PS não é nem nunca será o partido estalinista do Dr. Mota Amaral,...

(Risos da Câmara)

... onde os Srs. funcionavam duma forma monolítica e quem ouvia um dos Srs., ouvia todos, porque aquilo que o Dr. Mota Amaral dizia, era a mesma coisa que ouvir os Srs. ou carregar num “play” para ouvir exactamente a mesma coisa que ele dizia.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que me parece verdadeiramente preocupante nesta altura é aquilo que os açorianos, através da comunicação social, através também daquilo que está aqui presente, estarão neste momento a pensar sobre aquilo que é o contributo para a governabilidade dos Açores que se pode esperar da oposição do PSD. Aqui faço uma distinção entre a direita, habitualmente reaccionária e representada pelo PP que não emite opinião sobre matéria nenhuma e aquilo que é a posição, reconheçamos, uma oposição protagonizada aqui pelo PCP, em que procura o diálogo e procura

contribuir. O PSD, como partido de alternativa, como um partido que tem responsabilidades tremendas nestas questões que estamos aqui a falar, não só por ter governado a Região 20 anos, procura agora, depois de 96, branquear o seu passado.

O PS assume as dificuldades do sistema educativo da Região. Nós assumimos os défices estruturais e as más políticas que herdámos dos Srs. ...

Deputado João Cunha (PSD): Assim terá que ser, porque nós vamos herdar as vossas.

O Orador: ... e continuamos com muito esforço, mas com grande determinação a trabalhar em prol dos Açores, tentando melhorar a educação e tentando fazer mais e melhor pelos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Não foi difícil, na sua intervenção, arranjar esses temas de fundo que apontou, mas esses eram quatro temas de fundo e eu consigo apontar-lhe, se tivesse paciência para ir rever a sua intervenção, algumas 20 questiúnculas que levantou sem o menor interesse, convenhamos, para uma Assembleia que deve discutir, de facto, problemas estruturais do ensino que tem, repito, problemas e não questiúnculas relacionadas com meras questões, sejam da escola A ou B. Não questiono a sua importância para as escolas, questiono a sua relevância aqui.

Para além disso o Sr. falou acerca da Proposta de Resolução que o PSD vai apresentar. É muito natural que a oposição não só critique, mas apresente, de facto,

uma proposta de alteração. A oposição deve ter um papel activo, apresentando alternativas e não só criticar por criticar.

Eu não critico. Acho muito bem que o façam.

O Sr. disse que me incomodava, mas não me incomoda de maneira nenhuma e muito menos me incomoda as opiniões que diz que lê nos jornais e a crítica que fazem à actuação do Governo. O que me incomoda é que essa crítica não seja fiel à realidade e que não corresponda na íntegra ao que depois se verifica nas escolas.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Termina já, Sr. Presidente.

Em relação à Proposta de Resolução o nosso Governo tem procurado e procura neste momento, com as dificuldades que tem, resolver as questões relacionadas com a colocação de professores.

Não podemos é inserir, como talvez o Sr. gostasse, todos os professores que neste momento estão desempregados no sistema de ensino, sob pena de termos quase mais professores do que alunos.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos à nossa hora regimental do Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos entrar na Ordem do Dia que tem como primeiro ponto a apresentação da **Proposta de Resolução, do PSD, que recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, para fazer a apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Proposta de Resolução – Recomendação ao Governo para a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional.

É na educação que se encontra a base do crescimento e valorização de toda e qualquer sociedade. Por isso é necessário desenvolver uma política educativa que traduza uma filosofia promotora de valores e de competências, de questionamento, inovação, prática reflexiva e capacidade criadora;

Para o PSD a educação de qualidade para todos deve assentar na existência de um corpo docente qualificado e dimensionado de acordo com as novas pedagogias;

Este ano lectivo centenas de professores profissionalizados foram lançados no desemprego, depois de vários anos de serviço.

Ao mesmo tempo, cortes orçamentais efectuados pelo Governo Regional, além de contradizerem o discurso falsamente optimista e de desafogo, vão agravar o periclitante estado da educação açoriana no contexto nacional e comunitário;

Para o PSD a educação tem de ser efectivamente uma prioridade, traduzida na afectação de recursos humanos e financeiros segundo critérios estratégicos e de excelência.

Como tal propomos um conjunto de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo.

Uma dessas medidas passa pela fixação do limite máximo de alunos por turma que deverá ser de 20 ou em 15 nos casos em que integrar alunos com necessidades educativas especiais.

Para o PSD importa também proceder à revisão das regras para a afectação de professores aos programas de apoio afim de alargar a participação dos alunos nesses programas, principalmente dos que revelam maiores dificuldades de aprendizagem ou estejam em risco de exclusão e abandono escolar precoce;

Com vista à integração multidisciplinar e eficiência da gestão pedagógica, recomendamos ao Governo a adopção de novos critérios para a atribuição do crédito global de horas lectivas semanais destinadas à realização de tarefas de coordenação pedagógica, execução de tarefas de enriquecimento curricular, de coordenação e gestão de bibliotecas, mediatecas, salas de informática, laboratórios e salas específicas e exercício de funções de professor acompanhante de alunos integrados no sistema nacional e regional de alta competição desportiva.

Outra recomendação tem a ver com a dotação dos quadros de escola e de zona pedagógica de mais docentes em dedicação exclusiva aos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo para esse efeito cursos de especialização para professores profissionalizados residentes nos Açores e em situação de desemprego; Do mesmo modo, propomos a afectação de mais dois professores, por turma, na área do Estudo Acompanhado, para melhor prossecução dos objectivos que levaram à criação daquela área na recente revisão curricular.

O PSD propõe igualmente a criação de um programa de leccionação de uma língua estrangeira no 1º Ciclo, conforme decorre do disposto no diploma da revisão curricular.

No contexto das recomendações, o PSD considera ainda essencial dispensar da componente lectiva os docentes do 1º Ciclo em exercício de funções em órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de educação, designadamente nas funções de coordenação de núcleo, excepcionando-se os casos em que se torne necessário suprir a ausência imprevista e de curta duração de outro docente da escola a cujo quadro aquele está vinculado.

Entre as medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional, o PSD sugere a criação de um sistema de incentivos às Escolas Profissionais para recrutamento de professores profissionalizados, residentes nos Açores que, tendo sido opositores nas diversas fases dos concursos da RAA, se encontrem na situação de desempregados.

Tem por objectivo identificar as reais necessidades do mercado regional de emprego, no sector da educação, o PSD também considera fundamental a elaboração de um estudo projectivo dos quadros docentes da Região para os próximos 10 anos; estudo esse que deverá ser elaborado com a participação da Universidade dos Açores.

O PSD recomenda também ao Governo Regional o reforço dos meios de despiste e orientação vocacional no fim da escolaridade obrigatória.

Por último o PSD recomenda a introdução de alterações nos regulamentos dos concursos de pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário de modo a conferir prioridade aos docentes que efectuem os estágios integrados e de

profissionalização nos Açores, bem como aos alunos bolseiros da Região e das autarquias.

O Governo Regional Socialista poupa no essencial e gasta no assessorio.

Nem a paixão pela educação escapou aos cortes orçamentais.

Nas educação não se gasta, investe-se no futuro.

Somos demasiado pobres para investir tão pouco na educação.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir a nossa ordem de trabalhos com a continuação do debate sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 50/98, de 11 de Março, relativo à definição das regras e princípios que regem a formação profissional na Administração Pública.**

O debate foi interrompido a pedido do PCP e vamos retomá-lo com o debate ainda na generalidade.

Parecendo não haver inscrições para o debate na generalidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Passemos agora ao debate na especialidade.

Entretanto deu entrada na Mesa uma Proposta de Aditamento para o artigo 2º., apresentada pelo PCP.

Perguntava ao Sr. Deputado José Decq Mota se já distribuiu alguma cópia desta proposta pelos grupos parlamentares?

Deputado José Decq Mota (PCP): Já foi distribuída por todos os grupos parlamentares.

Presidente: Assim sendo está à discussão o artigo 1º.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Para o artigo 2º existe uma proposta de aditamento, apresentada pelo PCP.

Está aberto o debate sobre o artigo 2º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para explicar esta proposta de aditamento.

Eu queria começar por dizer que esta proposta é suscitada por um parecer sindical, favorável à iniciativa, mas que chamava a atenção para o facto de que não fique nenhum equívoco de que as entidades nacionais que também fazem formação profissional neste sector na Região Autónoma e que estão creditadas nacionalmente, também o fiquem na Região.

Na nossa proposta consideramos que isso ficaria assim, desde que devidamente registadas no CEFAPA, que é o organismo criado na DROAP para esse efeito.

Portanto, não precisam de fazer nenhum outro processo autónomo de creditação, porque já estão creditadas, precisando apenas de se registar no CEFAPA.

Não fazia sentido que a Região não validasse a creditação que é feita por organismos nacionais que, no plano nacional, fazem essa creditação.

Foi esta a razão de ser do pedido de intervalo ontem, porque nós queríamos aprofundar e estudar esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É e foi entendimento do Partido Socialista, quando este assunto foi discutido em Comissão, de que o reconhecimento das entidades formadoras a nível nacional estava implícito na própria proposta de diploma que agora estamos a apreciar na especialidade.

De qualquer forma esta proposta de alteração vem assegurar e salvaguardar duma forma mais precisa esta questão, daí que vai merecer, sem qualquer complexo, a aprovação do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quer relativamente ao corpo do artigo, proposto pelo Governo, quer em relação à proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, o PSD não tem qualquer objecção.

Mas, sobre esta matéria fica aqui uma dúvida que se o Sr. Secretário Regional pudesse esclarecer a Câmara, seria conveniente.

Neste momento existe na Região, através de Portaria, um estatuto dos formadores. Com a aprovação e entrada em vigor deste diploma o estatuto dos formadores na Região Autónoma dos Açores, aprovado por essa Portaria, mantém-se ou será revogado com a futura regulamentação do Decreto Legislativo e aprovação do novo estatuto?

Esta era uma questão que eu gostava de ver esclarecida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Quando fala no estatuto dos formadores está a referir-se ao estatuto de formadores em geral ou está a referir-se a algum estatuto de formadores específico para a Administração Pública?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Naturalmente para os da Administração Pública.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Conforme também resulta, e creio que falei nisso, da própria lei, há aqui um conjunto de princípios, e são esses os importantes, que nós consideramos em vigor na Região Autónoma dos Açores e que tem a ver, por razões óbvias e que não necessitavam desta intermediação legislativa, com o crédito de horas anuais, por exemplo, para auto-formação ou formação, a consagração do direito de formação dos funcionários, etc.. Tem havido um esforço por parte do CEFAPA, no sentido de aplicar as exigências deste normativo.

Inclusive, posso esclarecer que não há neste momento nenhum formador no CEFAPA que não tenha o necessário curso de formação para formadores e não esteja devidamente habilitado.

Portanto, na prática, esta adaptação nesta matéria não trará qualquer consequência.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar e vamos começar por votar a Proposta de Aditamento do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do restante corpo do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está aberto o debate sobre este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): Sugeriria à Mesa, se estivéssemos todos de acordo, que os artigos 3º, 4º e 5º fossem discutidos em conjunto, uma vez que não existem propostas de alteração.

Presidente: Se não há oposição da Câmara, está à discussão os artigos 3º, 4º e 5º.

Não havendo intervenções, vamos votar estes três artigos em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 3º, 4º e 5º, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 3º, 4º e 5º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º, para o qual existe uma Proposta de Alteração, apresentada pelo PSD e que, creio, já foi distribuída aos Srs. Deputados. Está à discussão o artigo 6º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

O PSD não está, naturalmente, em desacordo com essa criação de Comissão Intersectorial Regional de Formação, todavia entende que a sua composição parece excessiva. Não nos parece que exista especial razão para justificar a inclusão dos Directores de Serviço da Administração Regional e da Administração Local e ainda do Chefe de Divisão do CEFAPA, porque sendo, como são, dirigentes intermédios da Direcção Regional de Organização e Administração Pública, o respectivo Director Regional, sendo já membro desta Comissão, na nossa opinião, já resolve essa necessidade de representação.

Esta eliminação que nós propomos com a nossa Proposta de Alteração, penso que acautela uma dimensão excessiva para este órgão que, sendo consultivo e com um excesso de representantes, pode ser de duvidosa eficácia.

Contudo, ainda nos parece que pode ser delegada no Director Regional de Organização e Administração Pública a presidência do órgão e, então, nesta situação, poder assegurar a representação da Direcção Regional pelo responsável do CEFAPA, que abrange a formação na Administração Regional e nas Autarquias Locais. Aí sim, faz sentido haver esta representação caso o Director Regional assuma, como prevê o próprio articulado, a presidência desta Comissão Intersectorial.

Esta é a razão que fundamenta a nossa iniciativa de apresentar uma Proposta de Alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se reporta a esta proposta de alteração, a posição do Partido Socialista é contra a alteração proposta. É contra esta alteração, porque se trata de um órgão consultivo. Existe uma cadeia hierárquica da função pública e existem diversos níveis de tomada de posição.

Consideramos importante, nomeadamente que os representantes do CEFAPA, que têm a seu cargo a formação profissional, também estejam representados neste órgão que tem funções meramente consultivas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir a composição dum organismo consultivo da Administração, do qual, suponho eu, que se pretende que possa ser consultado em termos de utilidade para aumentar a eficácia do serviço da Administração em relação a uma determinada área.

Portanto, não estamos a discutir um organismo de decisão administrativa, não estamos a discutir um organismo de consulta política e muito menos estamos a discutir um organismo “*stricto senso*” de representação de interesses. Estamos a discutir um organismo, como disse, de consulta da Administração constituído por representantes de interesses e por representantes da Administração.

Na proposta que o Governo apresenta, os representantes da Administração indicados são a vários níveis, que vão desde Director Regional, a Director de Serviços e a Chefe de Divisão e depois há uma série de outros em relação a outros organismos de natureza representativa.

Tendo em conta que é um organismo consultivo da Administração Pública para actos administrativos e que não pode nem deve ter nenhuma intenção ou interferência de natureza de carácter político, nós, Grupo Parlamento do PCP, pensamos que a proposta do Governo é a proposta que pode eventualmente funcionar melhor, principalmente no que respeita a dois lugares: o Sr. Chefe de Divisão do CEFAPA que não faz sentido que não estivesse com capacidade de poder opinar num organismo consultivo deste tipo e o Sr. Director Regional da Juventude e Formação Profissional – e confesso que não estou a pensar em ninguém em especial, estou a pensar num cargo – que sendo responsável pela formação profissional para o sector privado, tem que estar a par e tem, com certeza, argumentos para dar e questões a dizer sobre a formação profissional no sector público.

Portanto, neste sentido, a posição do Grupo Parlamentar do PCP é favorável à posição do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que há nitidamente aqui um equívoco quanto à argumentação que justifique a presença destes Directores de Serviços, designadamente o Director de Serviços da Administração Regional e do Director de Serviços da Administração Local, sobretudo estes dois, para participarem num órgão consultivo dum membro do Governo que os tutela, que deve, através do Director Regional, em particular, lidar com eles diariamente para que possa ter uma noção sobre a política de formação.

Na verdade, isto é revelador de que o funcionamento normal do Governo, sem a criação deste órgão, parece deficiente e não há comunicação. Então, isso é a demonstração de que parece haver dificuldade de comunicação entre o Director Regional de Organização e Administração Pública, o seu Director de Serviços da Administração Regional e o Director de Serviços da Administração Local. Essa comunicação, naturalmente, é feita diariamente nos processos de tomada de decisão

política e administrativa em tudo aquilo que é a competência dessas Direcções de Serviço e da Secretaria Regional.

Eu tenho como nota esta Proposta de Alteração, não como uma questão essencial de opção política, mas sobretudo de eficiência e de sentido prático na organização de funcionamento desta Comissão. É tão só isso.

Não me parece que nenhum argumento aduzido aqui em reforço da proposta do Governo, quer pelo Sr. Deputado Herberto Rosa, quer pelo Sr. Deputado Decq Mota, ponha em causa a nossa proposta ou revele aqui uma extrema necessidade da presença destes Directores de Serviços nesta Comissão.

Não parece, de facto, razoável e continuamos a ter dúvidas duma eficiência acrescida que a sua presença possa implicar no funcionamento desta Comissão.

Portanto, a nossa opção foi no sentido de reduzir a Comissão e torná-la mais eficiente e mais eficaz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara Colega do Governo:

Não há, efectivamente, muito a dizer sobre esta questão e, talvez, ela não tenha essa grande importância, com o devido respeito, para além daquilo que já foi aqui dito na Câmara, quer pelo Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, quer também pelo Sr. Deputado José Decq Mota.

Trata-se de um órgão meramente consultivo de um membro do Governo que tem a seu cargo a Administração Pública.

Trata-se de matéria de formação profissional na Administração Pública em que há um órgão que assume a figura orgânica de chefia de divisão que promove, coordena e identifica as necessidades das acções de formação na Administração Pública, quer para os funcionários da Administração Regional, quer também para os funcionários da Administração Local, daí que faça sentido aos diversos níveis da hierarquia que o

Director de Serviços das Administração Regional e o Director de Serviços da Administração Local estejam presentes.

Isso não implica burocracia nenhuma e não implica pelas razões que o Sr. Deputado Bolieiro, duma forma surrealista e fazendo ficção científica, dizia. É exactamente por as pessoas estarem ali à mão, dependerem do Secretário, estarem no edifício certo onde, por natureza, normalidade e lógica, ocorrerão as reuniões deste órgão consultivo, que não há qualquer tipo de problema de convocar e levar essas pessoas a esse órgão.

Agora, o que me parece importante aqui é que penso que não há pessoas a mais, sobretudo esse tipo de pessoas Eu ficaria preocupado era se tivesse a menos.

Acho que é importante ter a Associação de Municípios, é importante ter todas as estruturas sindicais da função pública e também é importante termos o Sr. Director Regional da Formação Profissional e termos todos estes organismos representados.

É evidente que a formação da Administração Pública é uma coisa, a formação para o sector privado é outra, mas é evidente que se trata, em global, do mercado de emprego, trata-se, em global, de formação que deve seguir ao nível da sua evolução, ao nível da sua filosofia o mesmo padrão, que deve haver uma determinada coerência e sobretudo também há aqui um aspecto prático que nós não nos podemos esquecer e que tem quase tudo a ver com o Sr. Director Regional da Juventude e Formação Profissional.

Como sabemos, essas acções de formação são largamente subsidiadas pelo Fundo Social Europeu, quer as que a DROAP organiza, quer as que as organizações sindicais organizam, quer mesmo as da função pública.

Nessa medida, como sabemos, o PRODESA, do Fundo Social Europeu, teve um reforço importante e foi das áreas que mais cresceu.

Nós também temos a obrigação de saber, face à orgânica do Governo, que o gestor do Fundo Social Europeu, na Região, é o Sr. Director Regional da Juventude e Formação Profissional.

Há, portanto, todo o interesse em que o Sr. Director Regional da Juventude e Formação Profissional esteja neste órgão.

Há também todo o interesse e, sobretudo, a máxima facilidade em que os dois Directores de Serviço que coordenam, em termos de orientações, quer a Administração Regional, quer a Administração Local, estejam presentes para ouvir as opiniões dos outros, dar conselhos, exprimir a sua opinião daquilo que sabem relativamente às áreas de que são tecnicamente os principais responsáveis.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional Adjunto:

De facto não está aqui uma questão essencial de substância política, mas uma questão de eficiência.

Na nossa opinião e tal como eu disse, não se justifica de forma tão premente a presença do Director de Serviços da Administração Regional ou do Director de Serviços da Administração Local que, entretanto, são colaboradores assíduos do Director Regional da Organização e Administração Pública, mas há aqui um reparo, isso sim, que é, ao contrário do que era a nossa intenção, no texto da nossa proposta de alteração manter a alínea c), o Director Regional da Juventude e Emprego e Formação Profissional. Aí sim, deve manter-se e foi lapso na passagem do texto, como é natural.

Agora, em relação à presença do Director de Serviços da Administração Regional e do Director de Serviços da Administração Local neste órgão, continuamos a achar que é, sobretudo, uma vontade de fazer estar presente muito burocracia de funcionamento numa comissão que é meramente consultiva e que não traz eficiência.

Presidente: Parece não haver mais intervenções. Vamos votar a Proposta de Alteração para o artigo 6º, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Alteração para o artigo 6º, do PSD, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Alteração foi rejeitada com 15 votos a favor do PSD, 28 votos contra do PS, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 6º como foi apresentado.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6º, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Srs. Deputados, usando o mesmo método de há pouco, não existem propostas de alteração, de aditamento ou de substituição para os artigos 7º e 8º. Estão há discussão estes dois artigos.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 7º e 8º, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 7º e 8º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à Votação Final Global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 50/98, de 11 de Março, relativo à definição das regras e princípios que regem a formação profissional na Administração Pública, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em Votação Final Global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para redacção final.

Passamos agora ao ponto nº 3 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Aplicação à R.A.A. do Decreto-Lei nº 158/84 de 17 de Maio, que estabelece e define o regime jurídico das amas e condições do seu enquadramento em creches familiares.**

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tem por finalidade adaptar à Região um Decreto-Lei de 84 que estabelece e define o regime jurídico das amas e as condições do seu enquadramento em creches familiares.

Trata-se de uma adaptação orgânica, porque nós temos, por um lado, condicionalismos de população que faz com que o número de amas para constituírem essas creches tem de ser diminuto e também porque as instituições que dizem respeito ao Decreto-Lei são as nossas instituições e, portanto, tem que haver esta adaptação.

Mas, gostaria de salientar uma questão mais profunda que será aquela que poderia ser alvo de algum questionamento a esta Câmara.

Porquê um diploma tão antigo ser adaptado, passado tantos anos?

Eu penso que se reflectirmos um bocado sobre este aspecto, temos como questão de fundo, a levar em consideração, o desenvolvimento da nossa sociedade que faz com que a partir de certa altura a mulher, mesmo dos meios rurais, saia para o mercado de trabalho onde as solicitações são em muito maior quantidade.

De facto, construir equipamentos é sempre mais demorado e as respostas não são tão rápidas como desejaríamos.

Pensamos também que as creches familiares com amas, perfeitamente enquadradas nas instituições privadas de solidariedade e misericórdia, com o apoio técnico, é uma boa medida e é um bom apoio complementar a esses equipamentos mais tradicionais que são as creches construídas de raiz.

Também devemos concordar que há um número acrescido de mulheres que escolhe como actividade profissional o ser ama e, portanto, na conciliação destes dois interesses penso que foi chegado o momento de sentir a necessidade de adaptar este diploma à nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Apenas uma nota muito breve para manifestar o apoio a esta iniciativa legislativa por parte da bancada do PSD.

De facto durante muitos anos a própria família suportava, no bom sentido, um conjunto de afazeres e responsabilidades no acompanhamento das crianças da 1ª e 2ª infância.

Mais tarde as próprias Instituições Particulares de Solidariedade Social também o faziam com capacidade de resposta, mas é necessário descentralizar, em termos de território, abarcando o espaço rural, esses apoios.

Assim sendo, esta medida, precisa e necessária, é bem-vinda e por isso mesmo a bancada do PSD vai apoiar esta iniciativa.

Contudo, na especialidade, temos uma proposta de alteração que certamente estará já a ser distribuída pelas bancadas parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A existência aqui desta adaptação- neste momento já explicada pela Sra. Secretária Regional e concordamos com a sua argumentação, - é sinal de que a nossa sociedade é uma sociedade em evolução, uma sociedade que muda e aquilo que há a alguns anos nos Açores não era uma realidade palpável, como seja a existência de amas, a existência de creches, o pensar-se que uma criança aos três meses tinha que sair do seu meio familiar e teria que estar entregue a outras pessoas, hoje é uma realidade da nossa vida.

Portanto, há que encarar as adaptações legais e legislação necessária no sentido de irmos, sob o aspecto jurídico, ao encontro da realidade da nossa sociedade, procurando que se criem condições para que estas crianças, que são entregues a pessoas extra-família, possam ser acolhidas em condições dignas, com o tratamento que a legislação nacional exige.

Por isso mesmo, nós damos o nosso voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mas gostaríamos de chamar a atenção para um outro aspecto: é que esta realidade da nossa sociedade muda em todos os sectores, muda com as crianças dos 3 meses aos 3 anos, mas também muda com as crianças dos 3 anos aos 7 anos no ensino infantil, embora desde há muitos anos que o ensino em Portugal é obrigatório. Portanto, penso que teríamos que ver essa realidade encadeada e tendo em conta que também depois, a partir dos 3 anos, essas crianças ao entrarem no ensino infantil têm direito a esse ensino.

É com muita pena que vemos nalgumas localidades, que para serem criadas novas escolas para o ensino infantil, sejam postas determinadas exigências que, a meu ver, são exageradas, exactamente em função desta mudança da sociedade.

Por tudo isto, o apelo que eu faria ao Governo Regional, através da Sra. Secretária, é que depois se desse muita atenção, a partir das amas, a partir das creches infantis, quando aparecem pequenos núcleos de crianças que deveriam entrar no ensino pré-primário, se criem escolas do ensino primário e onde houver 5, 6 ou 7 crianças do ensino pré-primário se crie uma escola do ensino pré-primário, para que esta Região continue a ter este ensino digno, como se procura dignificar este conceito de ama, este conceito de creche infantil.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera relevante e necessária esta adaptação, desde logo por se verificar, como já foi aqui referido, nas nossas ilhas um cada vez maior número de solicitações de serviços de acolhimento de crianças em idade pré-escolar, fruto dum maior desenvolvimento económico, como já aqui foi referido, e dum crescente acesso das mulheres ao mercado de trabalho, o que provocou necessariamente algumas alterações na dinâmica familiar.

Sendo a mulher a tradicional prestadora dos cuidados à infância, o crescente acesso das mulheres ao mercado de trabalho, implica por um lado a existência destes serviços, mas por outro lado também fica, por vezes, inevitavelmente condicionada à sua existência.

Se por um lado alguma desta procura se tem verificado nos meios urbanos, onde tem sido feito um investimento no aumento de creches e de jardins de infância, a realidade é que presentemente também tem havido uma procura crescente deste serviços de apoio às crianças nas zonas rurais onde a dimensão da procura não justifica a criação de creches nem de jardins de infância, daí a necessidade de se procurar respostas alternativas aos modelos clássicos, sem com isso colocar em causa a qualidade dos serviços prestados, quer à criança, quer à família.

Consideramos que ao definir-se o regime jurídico que estabelece as condições para o serviço da actividade de ama, bem como para o seu enquadramento nas creches familiares, disponibiliza-se mais uma resposta às famílias que precisam ou que optam por colocar as crianças em serviços de acolhimento durante o horário laboral, mas que também, em simultâneo, fornece mais uma possibilidade de emprego às mulheres que residem nestas zonas rurais onde normalmente as oportunidades de emprego feminino escasseiam e possibilita também facilitar a fixação das populações nas zonas rurais.

Como já foi aqui referido, as adaptações propostas reportam-se principalmente às competências específicas da Região e à forma como os serviços de segurança social estão organizados, bem como as especificidades da realidade regional no que concerne a factores como dispersão geográfica e densidade populacional, à actuação das Instituições Particulares de Solidariedade Social e à existência dos recursos humanos necessários para assegurar o apoio técnico que garanta a qualidade dos serviços prestados.

As alterações propostas em sede de Comissão reportam-se, sobretudo, a questões de técnica legislativa e que pretendem dignificar a actuação desta Assembleia.

Por tudo isto, a Proposta de Decreto Legislativo Regional merece a nossa aprovação, com as adaptações propostas em sede de Comissão.

Presidente: Não há mais inscrições na generalidade. Assim sendo vamos votar, na generalidade, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que adapta à Região o Decreto-Lei nº 158/84, de 7 de Maio, que estabelece e define o regime jurídico das amas e condições do seu enquadramento em creches familiares, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade.

Existem propostas de alteração, do PS, para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º e uma proposta do PSD para o artigo 4º.

Podíamos, talvez, discutir em conjuntos os artigos 1º, 2º e 3º.

Está aberta a discussão sobre estes três artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Estes primeiros artigos dizem respeito essencialmente à questão que tem a ver com as atas enquanto tal e, portanto, foi feito, da nossa parte, um trabalho na Comissão que teve a ver com uma técnica legislativa, que foi diferente da utilizada pelo Governo, e que na substância contém todas as propostas que o Governo tinha apresentado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há nada a opor na medida em que o conteúdo está perfeitamente observado de acordo com a proposta apresentada pelo Governo.

É uma questão de formulação jurídica que não tenho nada a opor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Na Comissão o Partido Socialista apresentou este texto diferente daquilo que vinha na Proposta do Governo, embora, no fundo, o objectivo é o mesmo e depois da análise da Comissão nós votámos favoravelmente. Vamos continuar com o nosso voto favorável, de acordo com aquilo que vem da Comissão, em relação a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Foi uma falha minha, mas para que fique reposta toda a verdade nesta Casa tenho a dizer o seguinte:

O artigo 1º que aqui está, foi fruto dum debate na Comissão, proposto pelo PSD. Todos os outros artigos vêm do PS, mas este artigo 1º foi por proposta do PSD e foi votado por unanimidade na Comissão.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar os artigos 1º, 2º e 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 4º, para o qual existem duas propostas de alteração, sendo uma do PS e outra do PSD.

Está à discussão o artigo 4º, com estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para anunciar na Câmara que a nossa proposta em relação a este ponto fica sem efeito, tendo em conta as explicações que foram há pouco prestadas pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Presidente: Se bem percebi esta proposta é retirada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

As explicações que foram dadas são exactamente essas, ou seja, é que na adaptação deste diploma, propositadamente, alguns artigos não são mencionados, porque entendeu o Governo e entendeu também o próprio Partido Socialista, na proposta que fez na Comissão, que a eles não se devia fazer uma revisão genérica, mas sim específica, porquanto, por exemplo, no nº 2 do artigo 2º se define o número de amas para a criação de uma creche familiar.

Ora, a nossa proposta, que tem em conta a nossa reduzida dimensão da população, passa de 12 para 8 amas para fazer uma creche que no máximo poderão ter 32 crianças, enquanto que no nacional iríamos para 42.

Portanto, não faz sentido dizer-se aqui neste artigo que se aplique, onde se diz Santa Casa da Misericórdia, quando nós mudamos a substância no nosso próprio diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pequena nota justificativa do porquê da nossa decisão de retirar agora a proposta de alteração.

Na verdade, e esta é uma nota sobretudo reflexiva para o Plenário, o que nós temos estado a constatar, no âmbito dos Grupos Parlamentares, e concretamente no Grupo Parlamentar do PSD, é que o funcionamento das Comissões, a apresentação dos relatórios e o acompanhamento pormenorizado das propostas, começa a ser deficiente, porque tardiamente tomamos conhecimento dos relatórios.

Esta lógica de funcionamento das Comissões, de preparação do Plenário, com a entrega dos relatórios quando estamos aqui todos sentados para o debate do Plenário, prejudica um trabalho de avaliação e de análise da nossa ordem do dia.

Portanto, fica aqui, através desta atitude, a nota de que importa reflectir e corrigir estes assuntos.

Devo dizer-vos que ainda hoje tive oportunidade de, no âmbito de uma reunião da Comissão dos Assuntos Parlamentares, dar nota desta nossa preocupação.

Para que haja mais eficiência no debate e na análise dos diplomas, é necessário que, neste caso concreto como em muitos outros, no âmbito de outras comissões – não me estou a referir especificamente a esta situação que serve só de motivação – haja oportunidade para se fazer esta abordagem e esta reflexão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, permita-me que faça também um comentário.

É também opinião da presidência de que estas coisas devem ser feitas com antecedência, aliás, isso está regimentalmente estabelecido e já foi por diversas vezes falado em conferência de líderes. Portanto, é apenas cumprir com mais rigor o Regimento.

De qualquer forma este relatório tem a data de 14 de Setembro e penso que não terá sido este o caso concreto.

Em relação àquilo que disse, as Comissões devem apresentar, nos termos regimentais, os seus relatórios com maior antecedência e, aliás, peço-lhes esse esforço.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nestas coisas costumo ser rigoroso e se há alguém que é crítico em relação à actividade das comissões, eu penso que tenho sido.

O Sr. Deputado Francisco de Sousa não precisa de ser defendido, mas eu tenho o dever moral de afirmar que se neste plenário houve alguma matéria, que pelo menos os deputados que tiveram nesta Comissão tinham obrigação de conhecer em profundidade, era esta, porque na Sexta-Feira fez oito dias, na reunião que fizemos ali em baixo, o Sr. Deputado Francisco de Sousa entregou-nos todo o material em relação à proposta de relatório, tivemos oportunidade de o analisar e inclusivamente penso que em relação aos deputados que estavam presentes, todos tiveram oportunidade de ficar com o texto da proposta de relatório que foi discutida, foi analisada e foi emendada e todos nós ficámos com a matéria por escrito.

Não podia passar sem fazer esta referência, embora considerando que nos casos onde há anomalias, efectivamente nós devemos ter, a tempo e horas, os relatórios.

Neste caso concreto o relatório inicial com as emendas, digamos assim, não o definitivo, aquele que na própria reunião foi emendado, todos nós, os que estavam presentes, tivemos esse relatório.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa tem a palavra.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Na qualidade de Presidente da Comissão, sobre este relatório há uma coisa que pela primeira vez fiz nesta Casa.

Quando me sentei na Comissão já levava o relatório feito e disse isso à Comissão. Até pedi desculpa aos outros membros da Comissão por uma coisa que já levava feito.

Eu sei que muitas vezes falhamos na Comissão, mas Sr. Deputado Bolieiro, eu percebo o que disse, aceito a recomendação, agora neste, por sinal, até fiz uma coisa que nunca nesta Casa, enquanto fui Presidente de Comissão, tinha feito que foi chegar à Comissão já com o relatório, exactamente porque estávamos a oito dias do plenário e sabia que seria difícil e tínhamos um outro relatório que, esse sim, também não estava completo que era o da leptospirose e que iria ocupar mais o relator da Comissão. Esta foi a primeira vez que o Francisco de Sousa trouxe o relatório pronto para a Comissão.

Percebo e aceito perfeitamente enquanto recomendação para os trabalhos das Comissões e para o trabalho desta Comissão em especial, porque percebo que é muito difícil para nós chegarmos aqui e só nesse dia termos o relatório.

Percebo e aceito a recomendação, e neste caso concreto há oito dias atrás os Grupos Parlamentares já tinham o relatório, porque percebo que é difícil quando chegamos aqui e com muitos pontos na ordem de trabalhos, podermos trabalhá-los com a devida atenção que merecem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas só mais uma nota.

A minha intervenção não teve qualquer direcção específica, designadamente para a Comissão presidida pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa. Eu aproveitei, isso sim, para introduzir aqui, tendo em conta este incidente, uma reflexão que importa fazer na generalidade, como também tive oportunidade de dizer aquando da minha primeira intervenção.

Aliás, também no âmbito da Comissão dos Assuntos Parlamentares, que é uma Comissão apropriada para esse tipo de reflexão, falámos disso e até, unanimemente

na Comissão ficou reconhecido que urge fazer essa reflexão e urge acertar procedimentos que permitam corrigir este percurso que se tem feito nestes últimos tempos.

Essa é uma preocupação, não é uma crítica dirigida, obviamente, ao Sr. Deputado e à sua Comissão.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração para o artigo 4º, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade dos artigos 5º, 6º e 7º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 5º, 6º e 7º, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 5º, 6º e 7º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos artigos 14º, 18º e 22º, para os quais não existem alterações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, é para um esclarecimento à Câmara e neste caso à Mesa: é que a proposta que foi feita na Comissão substituiu todo o texto vindo do Governo. Portanto, neste momento só temos que fazer a votação final global.

Presidente: Portanto, os artigos 14º, 18º e 22º estão prejudicados.

Assim sendo, falta-nos fazer a votação final global do diploma, tendo em conta as alterações aqui aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma, em votação final global, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, em votação final global.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Assuntos Sociais para a redacção final.

Srs. Deputados, chegámos ao término da nossa hora regimental.

Muito boa noite e até amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Couto de Sousa

Manuel Herberto Santos da Rosa

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Manuel da Silva Azevedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Os Deputados abaixo assinados da Comissão Permanente da Assuntos Sociais considerando as conclusões e recomendações do Relatório sobre o estudo da situação existente na Região relativamente à Leptospirose, e, de acordo com as normas estatutárias e regimentais aplicáveis, propõem que seja aprovada a seguinte Resolução:

1. A Região deverá implementar um estudo sobre Leptospirose, visando a identificação das áreas de risco na transmissão desta doença nos Açores, por forma a dotar os diversos Serviços Regionais de um instrumento de planeamento e de um conjunto de meios necessários ao combate desta doença.
2. A Região deverá desenvolver de uma forma continuada acções de desratização, em todas as ilhas, devidamente coordenadas e apoiadas em termos técnicos e científicos, nas quais deverão participar as Autarquias Locais e todas as entidades regionais com responsabilidades na matéria.
3. Na Região deverão ser eliminadas todas as lixeiras a céu aberto e controlados os aterros sanitários, por forma a combater uma das fontes de alimentos e abrigo dos roedores, principais causadores da transmissão desta doença.
4. Na Região deverá promover-se a sensibilização dos serviços de saúde, dos grupos de risco e da população em geral, através de acções de formação e informação regulares, tendo como objectivos o esclarecimento dos riscos da doença, como reconhecê-la, formas de transmissão, controlo, prevenção e a alteração de atitudes e hábitos de trabalho.

Horta, 14 de Setembro de 2001.

Os Deputados, *Francisco de Sousa, José San Bento, Manuel Aguiar, Nélia Amaral, Cláudia Cardoso, Bento Barcelos, Joaquim Machado, Paulo Valadão e Jorge Costa Pereira.*

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional

Considerando que é na educação que se encontra a base do crescimento e valorização de toda e qualquer sociedade;

Considerando a necessidade de desenvolver uma política educativa que traduza uma filosofia promotora de valores e de competências, de questionamento, inovação, prática reflexiva e capacidade criadora;

Considerando que a educação e formação de qualidade para todos deve assentar na existência de um corpo docente qualificado e dimensionado de acordo com as novas pedagogias;

Considerando que centenas de professores profissionalizados foram lançados no desemprego, depois de vários anos de serviço;

Considerando, ainda, que os cortes orçamentais efectuados pelo Governo Regional, além de contradizerem o discurso falsamente optimista e de desafogo, vão agravar o periclitante estado da educação açoriana no contexto nacional e comunitário;

Considerando, finalmente, que a educação tem de ser efectivamente uma prioridade, traduzida na afectação de recursos humanos e financeiros segundo critérios estratégicos e de excelência.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo

Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo regional, nomeadamente:

1 – fixe em 20 o limite máximo de alunos por turma ou em 15 nos casos que integrar alunos com necessidades educativas especiais;

2 – proceda à revisão das regras para a afectação de professores aos programas de apoio educativo (Portaria nº31/2001, de 15 de Junho), a fim de alargar a participação dos alunos nesses programas, principalmente dos que revelam maiores dificuldades de aprendizagem ou estejam em risco de exclusão e abandono escolar precoce;

3 – estabeleça, visando a integração multidisciplinar e eficiência da gestão pedagógica, novos critérios para a atribuição do crédito global de horas lectivas semanais destinadas à realização de tarefas de coordenação pedagógica, execução de tarefas de enriquecimento curricular, de coordenação e gestão de bibliotecas, mediatecas, salas de informática, laboratórios e salas específicas e exercício de funções de professor acompanhante de alunos integrados no sistema nacional e regional de alta competição (alíneas b), c), d), e) e f) do nº1 do Despacho Normativo nº38/2001, de 16 de Agosto);

4 – dote os quadros de escola e de zona pedagógica de mais docentes em dedicação exclusiva aos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo para esse efeito cursos de especialização para professores profissionalizados residentes nos Açores em situação de desemprego;

5 – afecte mais dois professores, por turma, na área do Estudo Acompanhado, para melhor prossecução dos objectivos que presidiram à sua inclusão na revisão curricular (Decreto - Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro);

6 – crie um programa de introdução da leccionação de uma língua estrangeira no 1º Ciclo, conforme decorre do disposto no Decreto - Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro;

7 – dispense da componente lectiva os docentes do 1º Ciclo em exercício de funções em órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de educação, designadamente nas de coordenação de núcleo (alínea e) do artigo 7º do Decreto Legislativo Regional nº2/98/A, de 28 de Janeiro), excepcionando-se os casos em que se torne necessário suprir a ausência imprevista e de curta duração de outro docente da escola a cujo quadro aquele está vinculado (nos termos da alínea m) do artigo 10º

do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário);

8 – defina um sistema de incentivos às Escolas Profissionais para recrutamento de professores profissionalizados residentes nos Açores que, tendo sido opositores nas diversas fases dos concursos da RAA, se encontrem na situação de desempregados;

9 – promova, em cooperação com a Universidade dos Açores, a elaboração de um estudo projectivo dos quadros docentes da Região para os próximos 10 anos;

10 – reforce os meios de despiste e orientação vocacional no fim da escolaridade obrigatória;

11 – introduza alterações nos regulamentos dos concursos de pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário de modo a conferir prioridade aos docentes que efectuam os estágios integrados e de profissionalização nos Açores, bem como aos alunos bolseiros da Região e autarquias.

Horta, Sala das Sessões, 25 de Setembro de 2001

Os Deputados, *Victor Cruz, Berta Cabral, José Manuel Bolieiro, Joaquim Machado, Duarte Freitas e Jorge Costa Pereira*

Relatório e parecer da Comissão de Política Geral relativo à Petição sobre a “Revalorização e Dignificação das Carreiras Inspectivas Regionais face à publicação do Decreto-Lei nº 112/2001, de 6 de Abril”.

Capítulo I

Introdução

A Petição em causa relativa à “Revalorização e Dignificação das Carreiras Inspectivas Regionais face à publicação do Decreto-Lei nº 112/2001, de 6 de Abril,”

tem por base a publicação do mencionado Decreto-Lei e a necessidade da sua aplicação à Região Autónoma dos Açores “com respeito pelas suas especificidades orgânico-administrativas, consagrando-se (...), em letra e forma de lei, igual revalorização indiciária e a sua fixação da respectiva gratificação/suplemento de risco no montante de 32,5% sobre a remuneração base”.

Tal petição, então denominada de “abaixo-assinado”, com 95 subscrições foi apresentada à Assembleia Legislativa Regional em 13-06-2001, após o que recebeu a competente informação técnica e foi remetida a esta Comissão.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição está previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, sendo regulado na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, alterada pela Lei nº 6/93, de 1 de Março.

O artigo 42º, nº 4, do Estatuto Pólítico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e os artigos 221º a 227º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores estabelecem as normas processuais da figura jurídica em causa.

Capítulo III

Apreciação

1 – Análise Prévia

Foi verificado o cumprimento dos requisitos materiais e formais da presente petição, após o que foi deliberado proceder à audição do 1º Subscritor e outros.

2 – Audição dos Primeiros subscritores

A Comissão reuniu no dia 17 de Setembro de 2001, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de proceder à audição do 1º Subscritor e outros da petição em causa, o que ocorreu conjuntamente com a Delegação regional dos Açores do SINTAP, uma vez que parte dos subscritores da petição são sindicalizados em tal associação e os principais argumentos são coincidentes, relativamente ao fundamento da petição e à posição perante a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 112/2001, de 6 de Abril que estabelece o enquadramento e define a estrutura das carreiras de inspecção da administração pública.

O primeiro subscritor expôs as razões da petição, no sentido de que o exercício da actividade inspectiva na região é substancialmente diferente do que acontece no Continente, designadamente pela descontinuidade geográfica.

Por outro lado, foi apresentado o argumento de que não poderá haver uma regressão no montante do subsídio de função, sob pena de se violarem direitos adquiridos, quando o princípio subjacente ao diploma nacional é a revalorização de tal montante e a respectiva equiparação nos vários serviços inspectivos.

Foi ainda realçado que compete à Assembleia Legislativa Regional e não ao Governo Regional proceder à adaptação do decreto-lei em causa.

3 – Arquivamento

No entanto, atendendo à circunstância de a matéria em causa já ser objecto de processo legislativo, foi deliberado, em concordância com os subscritores da petição, proceder ao arquivamento da mesma.

Angra do Heroísmo, 18 de Setembro de 2001.

O Relator, *Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo.*

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto Legislativo regional nº 9/2001, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadores de deficiência nos serviços e organismo da Administração Pública.

A Comissão de Política Geral reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Vila de Santa Cruz das Flores, no dia 24 de Julho de 2001, por solicitação de sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para discutir e analisar o Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 9/2001, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência, nos serviços e organismos da Administração Pública.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão do parecer ao presente Projecto de Decreto Legislativo Regional exerce-se nos termos dos artigos 144º, 146º e 148º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Capítulo II

Apreciação

A Comissão procedeu a consultas pública das associações sindicais e demais entidades envolvidas no sector em causa, após o que analisou os pareceres da Associação Cristã da Mocidade e dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, que se junta em anexo.

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade ao presente Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Santa Cruz das Flores, 25 de Julho de 2001.

O Relator, *Clélio Ribeiro Pereira Toste de Meneses*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*.

(Os pareceres acima referidos encontram-se arquivados no respectivo processo)

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*.